



EESC Info

European Economic and Social Committee

A bridge between Europe and organised civil society
January 2025 | PT

Available Languages:

ES	BG	CS	DA	EN	DE	ET	FR	EL	GA	HR	IT	LV	LT	HU	MT
NL	PL	PT	FI	RO	SK	SL	SV								

EDITORIAL



Nota prévia do presidente do CESE

Em 2025, temos a responsabilidade partilhada de construir uma Europa mais forte

Com o início de 2025, a Presidência polaca do Conselho da União Europeia traz consigo um sentido de urgência e determinação face aos complexos desafios que moldam o presente e o futuro da Europa. Tendo como pano de fundo o tema da segurança, a Presidência polaca promete orientar-nos num ano que será decisivo para a resiliência, a coesão e o progresso da UE.

As prioridades apresentadas pela Presidência polaca refletem uma abordagem global da segurança nas suas múltiplas dimensões. A segurança interna, com ênfase na proteção das fronteiras e na luta contra a desinformação, salienta a necessidade de vigilância para combater as ameaças emergentes. A segurança externa centrar-se-á no reforço das capacidades de defesa, na promoção da inovação e na aceleração dos esforços de alargamento para garantir a estabilidade na nossa vizinhança. Além disso, a segurança económica, energética, alimentar e sanitária continuarão a ser fundamentais para garantir a independência da Europa e o bem-estar dos seus cidadãos.

No Comité Económico e Social Europeu (CESE), estamos a postos para apoiar plenamente a agenda da Presidência, exercendo o nosso papel singular enquanto voz da sociedade civil. O CESE contribuirá ativamente para os debates sobre a forma de salvaguardar a competitividade da Europa, assegurando simultaneamente que ninguém é deixado para trás nas transições que enfrentamos – sejam elas digitais, ecológicas ou económicas.

Este ano é também marcado pela renovação política, com o início do mandato da recém-investida Comissão Europeia. Tal constitui uma nova oportunidade para moldar os enquadramentos políticos e executar iniciativas que correspondam às expectativas dos cidadãos europeus. O CESE desempenhará o seu papel no apoio a este novo capítulo, assegurando que as perspetivas da sociedade civil e dos parceiros sociais estão no cerne do processo de decisão da UE.

Com os olhos postos neste ano de 2025, não esquecemos a nossa responsabilidade partilhada de construir uma Europa mais forte e mais inclusiva. O CESE continuará a defender o Estado de direito, o desenvolvimento sustentável e a coesão social, assegurando que os contributos da sociedade civil moldam as prioridades da agenda da UE. Juntamente com a Presidência polaca, esforçar-nos-emos por enfrentar os desafios prementes de hoje, abrindo simultaneamente caminho a uma Europa segura, competitiva e unida para as gerações vindouras.

Oliver Röpke

Presidente do CESE

AGENDA

23 de janeiro de 2025

Projeção do filme «Flow - À deriva», candidato ao LUX - Prémio Europeu do Público para o Cinema de 2025

3 de fevereiro de 2025

[A justiça social na era digital](#)

18 de fevereiro de 2025

[Rumo à Cimeira Mundial sobre a Deficiência: Para um desenvolvimento e uma ação humanitária inclusivos em matéria de deficiência](#)

26 e 27 de fevereiro de 2025

Reunião plenária do CESE



O CONVIDADO SURPRESA

A resposta da UE à Síria pós-Assad enfrenta desafios para conciliar as necessidades humanitárias, a política de migração e o processo de estabilização e reconstrução do país. A política interna e as considerações de curto prazo correm o risco de privilegiar e precipitar os regressos, ao passo que abordagens coordenadas e equilibradas podem desempenhar um papel crucial na estabilização da Síria e na promoção do desenvolvimento a longo prazo, assinala no seu artigo o convidado surpresa do *CESE Info*, Alberto-Horst Neidhardt, perito de alto nível em matéria de migração, no Centro de Política Europeia.

Alberto-Horst Neidhardt é analista político principal, responsável pelo programa Migração e Diversidade na Europa, no Centro de Política Europeia. O seu trabalho contempla a legislação e as políticas em matéria

de asilo e migração, os direitos dos cidadãos da UE, a desinformação e as discussões políticas em torno da migração. Obteve o doutoramento em Direito da UE pelo Instituto Universitário Europeu de Florença. Dá aulas na Universidade Católica de Lille sobre políticas de migração e de mobilidade, governação da UE e elaboração de políticas éticas.



A SÍRIA DEPOIS DE ASSAD: POSIÇÃO DA UE SOBRE REGRESSO DE CIDADÃOS SÍRIOS PODERÁ SER PONTO DE VIRAGEM NA SUA POLÍTICA DE MIGRAÇÃO

Por Alberto-Horst Neidhardt

Um mês após o fim do regime brutal de Bashar al-Assad, a [resposta oficial da UE](#) continua essencialmente reduzida ao anúncio de ajuda ao [desenvolvimento e à estabilização económica](#). Ainda [não é claro](#) se e quando serão levantadas as [sanções](#) contra a Síria. O apoio europeu estará condicionado à [proteção das minorias](#) e a [outras garantias](#), que se afiguram por enquanto [incertas](#). A [complexa situação política, humanitária e de segurança](#) da Síria deixa entrever uma consolidação democrática longa e difícil e porá à prova a capacidade da UE para falar a uma só voz e agir de forma coordenada em relação ao futuro do país. Entretanto, vários países europeus não hesitaram em destacar uma prioridade imediata e comum: o regresso de cidadãos sírios deslocados. Em dezembro, poucos dias depois de o regime de Assad perder Damasco, a [Áustria](#) – onde o líder do partido FPÖ, Herbert Kickl, foi encarregado de formar um novo governo – anunciou um «[prémio de regresso](#)» e um [programa de deportação](#) para as pessoas com antecedentes criminais. Nos [Países Baixos](#), o governo de coligação liderado por Geert Wilders, nacionalista de direita, tenciona identificar zonas seguras para o regresso

de sírios. A [Alemanha](#) anunciou igualmente que a proteção concedida aos sírios será «[revista e revogada](#)» se a situação na Síria estabilizar. Outros países europeus fizeram declarações semelhantes ou estão a acompanhar de perto a situação. Neste contexto, mesmo a decisão de levantar as sanções poderá ser motivada pelo [objetivo de pôr em marcha os regressos](#), e não por uma mudança de opinião sobre a nova liderança da Síria.

Devido à popularidade crescente dos partidos de extrema-direita e anti-imigração em toda a Europa – e com os olhos postos nas eleições federais na Alemanha que terão lugar em breve –, a visão dos Estados-Membros para a Síria corre o risco de ser ditada por [prioridades nacionais e cálculos eleitorais a curto prazo](#). Entre 2015 e 2024, os Estados-Membros da UE concederam proteção a mais de um milhão de sírios, vivendo a maioria na Alemanha. A sua presença tornou-se uma questão política e social fraturante. Num contexto de incidentes de segurança amplamente divulgados, de inflação elevada e de aumento dos custos da energia, a opinião pública em muitos países de acolhimento de refugiados tem vindo a endurecer. Esta mudança normalizou uma retórica e políticas hostis. Não obstante os apelos da [Comissão Europeia](#) e do [Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados \(ACNUR\)](#) em prol de uma abordagem prudente do regresso desses cidadãos, a dinâmica atual poderá incitar os governos europeus a acelerar esse processo, inclusive de forma unilateral.

Desde a queda do regime de Assad, em dezembro, mais de [125 000 refugiados](#) já regressaram à Síria, na sua maioria provenientes de [países vizinhos](#). No entanto, as [perspetivas são sombrias](#) para estas pessoas.

Mesmo antes dos acontecimentos recentes, [mais de metade da população síria](#) enfrentava insegurança alimentar, com três milhões de pessoas a sofrer de fome grave. Com muitas [habitações destruídas pelo conflito](#), as infraestruturas de acolhimento já [estão lotadas](#). Segundo o ACNUR, são necessários cerca de 300 milhões de euros para as pessoas que estão a regressar, para garantir alojamento, alimentos e água. Embora a UE e os Estados-Membros devam desenvolver abordagens coordenadas para facilitar o regresso seguro e voluntário dos cidadãos sírios a longo prazo, a prioridade imediata deve ser dar resposta às [necessidades humanitárias do país](#) neste contexto. Pressionar os refugiados para regressarem rapidamente a um país instável e devastado pela guerra pode, na verdade, [ser contraproducente](#), limitando ainda mais o acesso a alimentos, energia e alojamento. Um regresso em larga escala pode também perturbar o tecido étnico e socioeconómico de regiões já frágeis. Uma abordagem equilibrada e sustentável justifica-se ainda pelo potencial contributo da [diáspora síria](#) para os esforços de reconstrução. O país necessitará de engenheiros, médicos, administradores, professores e trabalhadores manuais com níveis de competências variados. Os sírios adquiriram experiência e competências valiosas na Europa [em todos os setores pertinentes, incluindo a educação, a construção e os cuidados de saúde](#), mas o recrutamento de perfis adequados não será fácil. Um regresso permanente também não é uma condição indispensável para contribuir para a reconstrução: as [remessas](#) provenientes da Europa podem desempenhar um papel crucial na redução da pobreza e no desenvolvimento sustentável. Através do empenho da diáspora, os sírios residentes na Europa poderão também ajudar a reforçar os laços diplomáticos e culturais entre a UE e a Síria pós-Assad.

No entanto, os Estados-Membros podem ter dificuldade em adotar uma abordagem equilibrada, não prosseguindo uma agenda coordenada. Alguns países poderão dar prioridade à estabilidade a longo prazo e à reconstrução da Síria, permitindo que os regressos ocorram espontaneamente, ao passo que outros poderão acelerar a oferta de incentivos financeiros para o regresso voluntário ou até rever sistematicamente o estatuto dos cidadãos sírios logo que a situação humanitária melhore, mesmo que apenas ligeiramente. Porém, uma revisão sistemática do estatuto de refugiado enfrentará [obstáculos jurídicos](#) significativos e comportará [custos financeiros e administrativos consideráveis](#). Entretanto, quaisquer incentivos ao regresso deverão ter em conta que a maioria dos sírios deslocados na Europa está estabelecida perenemente, uma vez que mais de [300 000 sírios adquiriram a cidadania da UE](#). Ao mesmo tempo, as [más perspetivas económicas e laborais](#) do país podem desencorajar o regresso até dos mais motivados. Uma questão fundamental neste contexto será decidir se os sírios terão autorização para participar nos chamados «movimentos pendulares» – regressar por períodos limitados, continuando os países de acolhimento europeus a oferecer oportunidades sustentáveis para um regresso mais permanente. Estas questões farão inevitavelmente parte dos debates mais amplos sobre a política de migração da UE. As [futuras negociações](#) sobre a proposta de reforma da [Diretiva Regresso](#), que a Comissão Europeia deverá apresentar em breve, poderão beneficiar de uma dinâmica decisiva em função da evolução dos debates sobre o regresso de cidadãos sírios. No entanto, a reforma da diretiva pode igualmente levar a novas clivagens entre os Estados-Membros da UE. Uma vez que as políticas de migração devem ser totalmente repensadas para responder eficazmente aos desafios atuais, a posição da UE sobre os cidadãos sírios deslocados é suscetível de constituir um primeiro ponto de viragem decisivo no novo ciclo.



DIRETO AO ASSUNTO

A UE enfrenta uma grave crise da habitação, impulsionada pelo aumento das rendas, pelos preços incontroláveis dos imóveis e por salários que não acompanham a inflação. A fim de corrigir a deficiência do mercado no setor da habitação, o CESE defende a adoção de medidas urgentes e a elaboração de uma forte estratégia da UE para a habitação, salienta Thomas Kattnig,

relator do Parecer do CESE - [Habitação social na UE - Digna, sustentável e acessível](#).



CESE PROPÕE SOLUÇÕES PARA A CRISE DA HABITAÇÃO NA EUROPA

Por Thomas Kattnig

O aumento das rendas, os preços proibitivos do imobiliário e salários que não conseguem acompanhar a inflação estão a tornar a habitação inacessível para cada vez mais pessoas. A crise da habitação na UE é uma realidade.

Está a provocar um aumento dos custos da saúde, perdas de produtividade, danos ambientais e consequências económicas negativas devido à redução do poder de compra.

O CESE, enquanto voz da sociedade civil organizada, entende que é urgente tomar medidas para compensar as insuficiências do mercado no setor da habitação. Por conseguinte, exorta a Comissão a trabalhar com o Parlamento, os Estados-Membros e a sociedade civil para elaborar um pacote abrangente de medidas da UE capazes de instaurar condições-quadro e o direito à habitação, de harmonia com o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e a Carta dos Direitos Fundamentais.

Assim, aplaude a nomeação de um comissário da Energia e Habitação e o anúncio de que nos próximos 100 dias será apresentado um Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis. Precisamos, nomeadamente, de um registo de transparência à escala da UE para as transações imobiliárias, de maior coordenação, de procedimentos de licenciamento mais eficientes, de um melhor ordenamento do território, de terrenos para habitação social a preços acessíveis, de mais investimento na

renovação e na construção respeitadora do clima, bem como do Programa Prioridade à Habitação para proporcionar novamente segurança e perspectivas aos sem-abrigo. O CESE entende que importa reconhecer

a habitação como um direito fundamental, e não como uma mercadoria, consagrando-a no direito primário da UE.

Ao mesmo tempo, concorda com o relatório de Enrico Letta, segundo o qual o acesso à habitação social tem de ser definido de forma mais abrangente na legislação em matéria de auxílios estatais.

O CESE também defende um aumento significativo do apoio financeiro à habitação social. Em primeiro lugar, o investimento público na habitação social deve ficar isento das regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Em segundo lugar, os promotores imobiliários sem fins lucrativos e as cooperativas, bem como os órgãos de poder local, devem poder obter taxas de juro de 0% para empréstimos a longo prazo através da plataforma de investimento prevista ou diretamente junto do Banco Europeu de Investimento.

O arrendamento de curta duração, que é um flagelo em muitas grandes cidades europeias, reduz ainda mais o número de habitações disponíveis. Para gerir este problema, são necessários diferentes instrumentos a nível da UE, como taxas sobre os imóveis vagos e limites máximos para as rendas, para permitir que os Estados-Membros intervenham de forma adequada.

Também importa, em especial, satisfazer as necessidades de habitação dos jovens através de programas específicos, como a prioridade à habitação para os jovens, e assegurar a inclusão das pessoas com deficiência.

Para permitir uma habitação não só a preços acessíveis mas também sustentável, há que dar prioridade à renovação e à transformação em detrimento de novas construções. Para facilitar a renovação, o CESE defende uma combinação de medidas obrigatórias e de apoio para assegurar ações climáticas justas. São necessários instrumentos de financiamento que permitam a todos proceder a renovações térmicas e energéticas independentemente da sua situação financeira. Simultaneamente, são necessárias obrigações para os proprietários de imóveis, em especial para os senhorios, para proteger os inquilinos contra aumentos excessivos das rendas devido à repercussão dos custos.

Por último, o CESE frisa que a crise da habitação não só afeta negativamente a qualidade de vida dos cidadãos como também ameaça o bom funcionamento do mercado interno da UE. Assim, impõe-se uma estratégia da UE em matéria de habitação para aumentar a oferta de habitação, introduzir medidas de redução dos custos de construção, ajudar a melhorar as competências da mão de obra, aumentar a produtividade e melhorar o desempenho ambiental do setor da construção.



UMA PERGUNTA A...

Em abril de 2024, Enrico Letta publicou o seu muito aguardado relatório sobre o futuro do mercado único da UE, intitulado «Muito mais do que um mercado». Na sua reunião plenária de janeiro, o CESE adotou o Parecer - [Como apoiar as entidades da economia social em conformidade com as regras em matéria de auxílios estatais: reflexões na sequência das propostas do relatório de Enrico Letta](#). Perguntámos ao relator do parecer, Giuseppe Guerini, em que medida e por que razão se inspirou no relatório de Enrico Letta, o qual, entre outras coisas, exorta as instituições europeias a melhorarem o enquadramento jurídico dos auxílios estatais e a permitirem que as empresas da economia social obtenham empréstimos e financiamento mais facilmente. Com base nas conclusões do relatório, como tenciona o CESE ajudar essas empresas a cumprir as regras em matéria de auxílios estatais?



POR UM APOIO FINANCEIRO JUSTO ÀS ENTIDADES DA ECONOMIA SOCIAL DENTRO DAS REGRAS DA UE

por **Giuseppe Guerini**

Como indica o título do Relatório Letta, a União Europeia e o seu sistema económico e empresarial são mais do que um mercado. Com efeito, desde a sua criação, a União Europeia optou por uma economia social de mercado, em que a prosperidade económica passa não só pela acumulação de riqueza como também pela capacidade de assegurar que a riqueza negociada e gerada no mercado beneficia todas as pessoas.

Neste sentido, as empresas da economia social formam um ecossistema que garante a solidariedade através do comércio, um modelo útil para as organizações privadas que, não obstante, operam no interesse geral.

O Relatório Letta destaca esta característica, que já fora tida em conta no Plano de Ação para a Economia Social e na recomendação sobre a mesma matéria, e insta as instituições europeias a reconhecerem as características específicas das empresas da economia social, adaptando as regras que regem o mercado interno e a concorrência e melhorando o quadro jurídico dos auxílios estatais. Deste modo, as empresas da economia social verão o seu acesso aos empréstimos e ao financiamento facilitado.

O CESE contribuiu significativamente para assegurar que as instituições europeias e internacionais reconhecem o objetivo e o papel das empresas da economia social. Participou em muitas iniciativas e adotou muitos pareceres ao longo das atividades que culminaram na adoção do Plano de Ação para a Economia Social em 2021 e da Recomendação aos Estados-Membros em 2023. Além disso, ao emitir pareceres sobre a política de concorrência e os auxílios estatais no âmbito dos serviços de interesse económico geral, o CESE alertou para a necessidade de aumentar os limiares para a concessão de auxílios estatais *de minimis*, tendo conseguido assegurar emendas ao regulamento que foram aprovadas no final de 2023. Os pedidos apresentados no Relatório Letta no sentido de adaptar o Regulamento Geral de Isenção por Categoria e melhorar o financiamento vão ao encontro das reivindicações do CESE efetuadas em vários pareceres emitidos em [2022](#) e [2023](#). Estes resultados animam o CESE a continuar a divulgar este [parecer](#), a fim de promover o reconhecimento da economia social. Queremos sensibilizar mais as pessoas para os benefícios de uma regulamentação eficaz em matéria de concorrência e de auxílios estatais, tanto para as empresas da economia social como para todo o sistema de serviços de interesse geral.

NOTÍCIAS DO CESE



[Presidente do Conselho Europeu António Costa pede ajuda à sociedade civil para concretizar a sua visão de uma Europa mais forte e competitiva](#)

António Costa, o novo presidente do Conselho Europeu, aproveitou a sua primeira comparência no Comité Económico e Social Europeu (CESE) para definir as suas principais prioridades para a UE. Destacou a competitividade enquanto alicerce da prosperidade da Europa, sublinhando a importância de lhe associar os direitos sociais para construir um futuro sustentável. Oliver Röpke, presidente do CESE, corroborou esta ideia, afirmando que «a competitividade deve estar ao serviço da grande maioria e não de uma minoria».

Poucos dias após a sua entrada em funções em 1 de dezembro, **António Costa** participou na reunião plenária do CESE, apelando para uma ação coletiva urgente: «Estamos no bom caminho. Fizemos o diagnóstico, temos propostas ambiciosas e agora precisamos de vontade política. Vamos trabalhar em prol do crescimento, do emprego e de uma Europa social, para que a geração jovem de hoje possa olhar para trás e perceber que este foi o momento em que garantimos a nossa prosperidade.»

António Costa aposta numa agenda focada na competitividade e em reformas feitas à medida. Propôs a renovação do mercado único, a eliminação de regulamentação desnecessária e o investimento nas competências e na inovação, a fim de reforçar a economia europeia. «Precisamos de empresas fortes, não porque sejam mais baratas mas porque podem inovar com as suas ideias e mão de obra qualificada», afirmou. Solicitou igualmente a realização de reformas com base no desempenho, inspirando-se no NextGenerationEU: «Esta é a lógica plausível para o futuro». Neste contexto, instou os Estados-Membros a encararem o próximo orçamento da UE com abertura.

«A competitividade não tem a ver apenas com objetivos económicos: trata-se de criar oportunidades para todos os europeus e de fomentar a resiliência», afirmou **Oliver Röpke**. «O crescimento económico deve ser indissociável do progresso social, assegurando que ninguém fica para trás», acrescentou.

António Costa elogiou o papel do CESE na promoção do diálogo social, declarando que é «o modelo europeu» de ligação aos cidadãos. «O diálogo social permite-nos encontrar soluções sustentáveis através da negociação constante entre diversos representantes das nossas sociedades. Isto é fundamental, especialmente agora», asseverou.

O debate em plenária abordou preocupações importantes, como a habitação, a migração e os custos da energia, que António Costa identificou como prioridades. Oliver Röpke salientou a necessidade de soluções práticas, destacando o investimento na educação, na requalificação, na habitação a preços acessíveis e na transição ecológica. «O CESE está profundamente empenhado em contribuir com a voz da sociedade civil para traçar o caminho de uma Europa inclusiva, resiliente e preparada para os desafios do futuro.» (gb)



Primeiro Fórum do CESE sobre a Habitação: «A habitação deve ser um direito fundamental»

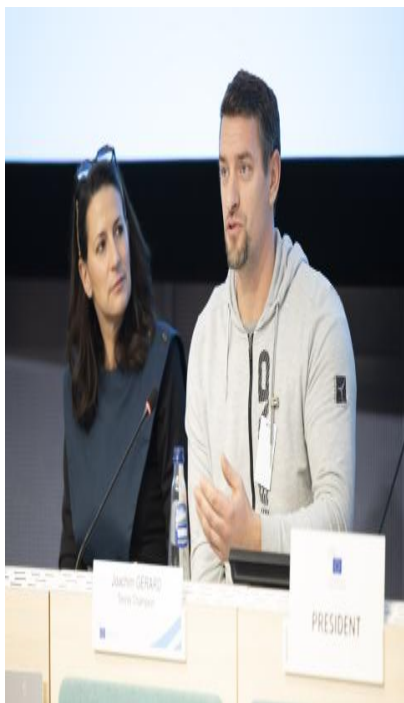
A habitação deve ser um direito fundamental e assegurar um alojamento digno e sustentável para todos os europeus, incluindo os jovens e os grupos vulneráveis.

Foi este o apelo lançado no primeiro Fórum do CESE sobre a Habitação, realizado na reunião plenária de 5 de dezembro de 2024. O debate contou com a participação de oradores de destaque e foi adotado um parecer sobre o assunto.

Na sequência da nomeação de **Dan Jørgensen** como comissário da Energia e Habitação, o presidente do CESE, **Oliver Röpke**, congratulou-se com a decisão histórica de criar uma pasta específica para a habitação na nova Comissão. Segundo **Oliver Röpke**, «a habitação é um direito fundamental, e não um privilégio, pelo que não podemos aceitar que as populações vulneráveis sejam excluídas e impedidas de satisfazer esta necessidade básica. No momento em que quase todos os Estados-Membros enfrentam uma grave crise da habitação, é urgente assegurar uma habitação digna, sustentável e a preços acessíveis para todos.»

Bent Madsen, presidente da Housing Europe, defendeu uma nova abordagem da habitação enquanto bem essencial para a sociedade, a par da saúde e da educação: «Acolhemos com agrado a perspetiva do novo comissário da Habitação, que afirma que a abordagem em matéria de habitação deve assentar em valores, regras e investimento. Na qualidade de cooperativa pública e de operadores da habitação social, estamos preparados para mostrar como fornecer as casas de que os nossos cidadãos e as nossas sociedades necessitam.»

No Parecer - [Habitação Social na UE - digna, sustentável e acessível](#), elaborado por **Thomas Kattnig** e **Rudolf Kolbe**, o CESE reconhece que existe uma deficiência do mercado no setor da habitação. Este problema deve ser abordado através da melhoria das condições-quadro, como os dados, a coordenação, os processos de licenciamento e as normas em matéria de ordenamento do território, bem como do estabelecimento de um direito fundamental à habitação, da disponibilização de financiamento suficiente, da aplicação da abordagem da prioridade à habitação para as pessoas sem abrigo e de uma maior concentração na sustentabilidade e nas necessidades dos jovens. (mp)



Mais do que atletas paraolímpicos: atletas de alto nível

O CESE realizou um debate em comemoração do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência e do espírito olímpico na reunião plenária de 5 de dezembro, em Bruxelas.

Para comemorar o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência e o espírito olímpico, o CESE convidou personalidades do mundo do desporto paraolímpico, incluindo o atleta e campeão paraolímpico belga **Joachim Gérard**.

Na abertura da reunião, **Oliver Röpke**, presidente do CESE, afirmou que «este debate destaca a necessidade urgente de colmatar o défice de emprego com que se deparam as pessoas com deficiência. Apesar das normas jurídicas em vigor, há demasiadas pessoas excluídas do mercado de trabalho devido a obstáculos persistentes. O CESE solicita a adoção de medidas para criar locais de trabalho inclusivos, eliminar os obstáculos sistémicos e assegurar a igualdade de oportunidades para todos. Uma

Europa verdadeiramente inclusiva não pode deixar ninguém para trás.»

Joachim Gérard, campeão belga de ténis em cadeira de rodas, contou à Assembleia Plenária que, quando começou a jogar ténis, era frequentemente confrontado com reações de surpresa e mesmo de contestação por recearem que danificasse o *court* com a cadeira. «Nos últimos dez anos, o papel das pessoas com mobilidade reduzida progrediu consideravelmente no mundo do desporto. Joguei em vários torneios do Grande Slam por todo o mundo e, por participar nesses jogos e nos Jogos Paraolímpicos, sinto que me

aceitam cada vez mais como atleta de alto nível. Mais do que atleta paraolímpico, atleta de alto nível.»

Anne d'Ieteren, presidente da Liga Francófona dos Desportos para Pessoas com Deficiência ([La Ligue Handisport Francophone](#)), salientou que, apesar de grandes êxitos como os Jogos Paraolímpicos, as pessoas com deficiência ainda se deparam com muitos obstáculos na sua vida quotidiana. «Muitas das instalações desportivas permanecem inacessíveis, com parques de estacionamento que não são adequados ou uma arquitetura pouco adaptada. Podem parecer pormenores, mas o seu efeito cumulativo pode excluir e desencorajar a participação.»

Aurel Laurențiu Plosceanu, vice-presidente do CESE responsável pela Comunicação, deu as boas-vindas a **Joachim Gérard** e a **Anne d'Ieteren**, declarando que «a sua presença e o seu historial são exemplos de uma excelência desportiva que pode ser inspiradora para quem procura realizar todo o seu potencial e, simultaneamente, ilustram o papel vital que as pessoas com deficiência desempenham na nossa sociedade, e no mundo desportivo em particular».

Christophe Lefèvre, presidente do [Grupo Permanente para os Direitos das Pessoas com Deficiência](#) do CESE, defendeu a criação de um mecanismo da UE que defina indicadores de acessibilidade, abrangendo domínios como a habitação sustentável, o desporto, a justiça e a educação, enquanto **Pietro Vittorio Barbieri**, membro do grupo permanente, acrescentou que «é essencial que todas as pessoas com deficiência residentes na Europa tenham acesso ao desporto e à educação, assegurando que todos podemos usufruir dos mesmos privilégios na sociedade». (Im)



Sociedade civil é motor de mudança no continente africano

Na sua reunião plenária de dezembro, o CESE organizou um debate sobre a democracia em África com representantes do Conselho Económico, Social e Cultural (ECOSOCC) da União Africana. Ambas as partes concordaram que a sociedade civil é essencial para uma parceria UE-África bem-sucedida, assente numa relação entre iguais e na promoção do diálogo civil e social.

No debate em plenária, no qual foi também adotado o [Parecer - Democracia em África: situação atual e perspetivas futuras - Que papel pode desempenhar o CESE?](#), o CESE reafirmou o seu empenho em reforçar a parceria estratégica com a União Africana (UA),

nomeadamente através de uma iniciativa comum para promover os valores da democracia, o diálogo inclusivo e o desenvolvimento sustentável. Em 2024, o CESE e o Conselho Económico, Social e Cultural da União Africana assinaram um memorando de entendimento.

Kyeretwie Osei, responsável pelos programas no Conselho Económico, Social e Cultural da UA, na sua alocução em representação de **Khalid Boudali**, presidente em funções do ECOSOCC, explicou a dimensão dos desafios: «Temos uma importante tarefa pela frente, que passa nomeadamente por consolidar as

instituições democráticas e assegurar a boa governação em todo o continente, eliminando a corrupção e criando espaços onde os cidadãos se possam expressar livremente. A sociedade civil é central para este projeto».

Oliver Röpke, presidente do CESE, sublinhou a importância da cooperação com o ECOSOCC: «A cooperação com o ECOSOCC da União Africana é fundamental para reforçar o papel da sociedade civil em África. A sociedade civil deve participar no processo de decisão e na resolução dos desafios futuros como as alterações climáticas, o desenvolvimento sustentável e a migração».

No seu parecer, o CESE aborda estes assuntos e afirma-se convicto de que, em conjunto com os representantes reconhecidos da sociedade civil africana, pode contribuir para promover os valores democráticos, defender os direitos humanos e ajudar a consolidar os regimes democráticos em África.

Carlos Manuel Trindade, membro do CESE e relator do parecer, referiu que a abordagem europeia do apoio ao desenvolvimento da democracia em África deve partir de uma base de relação entre iguais e ter em conta a complexidade do continente em termos de desenvolvimento económico, diversidade e interesses geopolíticos.

Sifa Chiyoge Buchekabiri, diretora regional e executiva da Aliança Cooperativa Internacional África (ACI-África), sublinhou a importância de capacitar as mulheres africanas. «É fundamental capacitar as mulheres, uma vez que são frequentemente elas a espinha dorsal do agregado familiar. Por conseguinte, ao darmos poder às mulheres, não estamos apenas a ajudar pessoas isoladas mas a capacitar comunidades inteiras».



[Dia Europeu do Consumidor do CESE: UE deve manter-se empenhada no Pacto Azul](#)

O Dia Europeu do Consumidor de 2024 abordou o tema [«Desafios relacionados com a água: explorar as perspetivas dos consumidores - Fazer avançar o Pacto Azul Europeu»](#). O evento salientou a necessidade de uma gestão sustentável da água, de melhores infraestruturas e da sensibilização dos consumidores para garantir que a água continua a ter preços acessíveis para todos os europeus.

Tal como salientado no Dia Europeu do Consumidor, organizado em 9 de dezembro pelo **Comité Económico e Social Europeu (CESE)**, o preço da água deverá aumentar 25% até 2030 e a UE terá de investir mais de 250 mil milhões de euros para dar resposta às necessidades de água na Europa e construir uma sociedade em que todos tenham acesso a água limpa e a preços acessíveis.

A água está a tornar-se um recurso escasso, mesmo na Europa: 30% dos europeus são confrontados com situações de *stress* hídrico pelo menos uma vez por ano. Tal significa que os consumidores, que, de uma forma geral, ainda veem a água como um recurso inesgotável, deverão mudar o seu comportamento para a utilizar de forma mais eficiente, tanto através de uma maior consciencialização sobre a sua pegada hídrica como da utilização de tecnologias inteligentes de poupança de água.

No entanto, os principais poluidores também devem pagar o preço e não podem permitir que sejam os consumidores a suportar os seus «custos ocultos».

Dado que são necessários 15 000 litros de água para produzir apenas um quilo de carne e 8 000 litros para produzir um par de calças de ganga, os grandes consumidores de água (como a indústria transformadora e, em especial, a agricultura, que é responsável por 72% de todas as captações de água) deverão também suportar os custos do seu impacto ambiental e investir em melhores instalações de produção.

«A água deve ser considerada um elemento fundamental das próximas iniciativas políticas emblemáticas da Comissão Europeia. Gostaríamos que fosse lançada uma nova coligação para a água, para ajudar a aplicar o Pacto Azul Europeu, e estamos atualmente a trabalhar na criação da plataforma das partes interessadas no âmbito do Pacto Azul Europeu», afirmou **Milena Angelova**, relatora do Parecer do CESE - [Consumo eficiente de água e sensibilização dos consumidores para a sua pegada hídrica](#), que sublinhou ainda importância do [Pacto Azul Europeu](#) enquanto iniciativa fundamental do CESE, uma «instituição da UE pioneira» no que diz respeito às questões relacionadas com a água.

No seu discurso de apresentação, **Gaetano Casale**, diretor do Gabinete de Ligação do IHE Delft Institute for Water Education, afirmou que ainda não se dá o devido valor à água na Europa. Na sua opinião, neste momento é absolutamente essencial adotar uma abordagem sustentável da água. Defendeu ainda uma maior sensibilização para os custos ambientais, os desafios de uma população mundial em crescimento e as alterações climáticas.

«Gostaria que todos nós – cidadãos, governos, organismos, cientistas, indústria e legisladores – aproveitássemos esta oportunidade única e déssemos um grande salto em frente para preparar para o futuro um dos nossos recursos mais valiosos, a água – no solo, no mar e na atmosfera», afirmou **Hildegard Bentele**, relatora-sombra do Parlamento Europeu sobre a Diretiva-Quadro da Água. (II)



CESE está com o povo da Bielorrússia

Em 13 de dezembro de 2024, o Comité Económico e Social Europeu (CESE), o Fundo Europeu para a Democracia e o Clube de Imprensa Bielorrusso organizaram conjuntamente um seminário sobre o papel dos meios de comunicação social independentes bielorrussos na promoção de uma sociedade resiliente e democrática. Estes meios de comunicação social são a única fonte de informação para os bielorrussos, pelo que precisam de ser apoiados financeiramente e envolvidos em parcerias com os meios de comunicação social ocidentais, a fim de manter a Bielorrússia no topo da agenda noticiosa internacional.

Ao participar nas Jornadas da Bielorrússia (9 a 13 de dezembro de 2024), organizadas pelo Serviço Europeu para a Ação Externa e pela Direção-Geral da Política de Vizinhança e das Negociações de Alargamento da Comissão, o CESE demonstrou o seu empenho inabalável numa Bielorrússia democrática que respeite os direitos humanos e a liberdade de expressão.

Na abertura do evento, o presidente do CESE, **Oliver Röpke**, declarou: «Os meios de comunicação social independentes são o pilar de uma sociedade livre e democrática. Agora que iniciamos estas Jornadas da Bielorrússia, não podemos deixar de reafirmar a nossa solidariedade com o povo bielorrusso e destacar a sua luta corajosa contra a desinformação e a opressão.»

Jerzy Pomianowski, diretor executivo do Fundo Europeu para a Democracia, salientou: «O resultado das eleições de 26 de janeiro já está escrito e o regime tentará prosseguir o seu caminho, procurando legitimar o seu poder na cena internacional e escamotear a opressão. No entanto, os meios de comunicação social independentes bielorrussos parecem estar a conseguir manter-se próximos do seu público».

Hanna Liubakova, jornalista independente no exílio condenada a 10 anos de prisão à revelia na sequência de quatro acusações penais, mostrou-se entusiasmada com a vontade do povo bielorrusso em manter-se informado e em ter acesso a meios de comunicação social independentes, salientando que 50% do tráfego dos sítios Web bielorrussos situados fora do país provém do interior do país e que até 90% do público das plataformas de média sociais se encontra na Bielorrússia. «Os meios de comunicação social independentes na Bielorrússia são o melhor antídoto para a propaganda de Lukashenko e do Kremlin», acrescentou.

Natalia Belikova, que trabalha para o Clube de Imprensa Bielorrusso, observou que a nova propaganda do governo visa dar um novo significado às eleições e, assim, tentar unir a população e encorajá-la a dar provas do seu patriotismo. «Servem-se destas táticas para mudar a perceção de toda a opinião pública sobre o que é a democracia», asseverou.

O seminário terminou com a exibição da longa-metragem «Under the Grey Sky» [Sob o céu cinzento] – um filme inspirado na história verídica de **Katsyaryna Andreeva**, jornalista bielorrussa na prisão –, na presença da realizadora, **Mara Tamkovich**. (mt)



Copyright: CMEDIA CORPORATION

Sob o cruel céu bielorrusso

Em dezembro, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) exibiu o filme *Under the Grey Sky* sobre jornalistas bielorrussos que pagaram um preço pessoal terrível por terem denunciado a turbulência política no seu país.

Under the Grey Sky [Sob o céu cinzento], a primeira longa-metragem de **Mara Tamkovich**, cineasta polaco-bielorrussa, conta o drama de Lena, uma jornalista bielorrussa que acaba na prisão depois de transmitir em direto a repressão governamental de uma manifestação pacífica na Praça das Mudanças, em Minsk. O ano é 2020 e uma vaga de protestos sem precedentes atravessa a Bielorrússia na sequência das eleições fraudulentas que levaram Aleksandr Lukashenko a ser reeleito pela sexta vez.

Lena e a sua operadora de câmara Olya são detidas depois de continuarem a filmar os protestos, apesar de terem sido intercetadas por um drone da polícia. Lena é acusada inicialmente de «organizar motins e perturbar os transportes públicos», mas, numa reviravolta kafkiana absurda, as suas acusações são em seguida mudadas para «alta traição». O que deveria ser uma detenção administrativa de sete dias transforma-se numa pena de prisão de oito anos na sequência de um julgamento secreto. A sua colega é condenada a dois anos. O marido de Lena, Ilya, ele próprio perseguido pela polícia do regime, está desesperadamente a tentar tirá-la da prisão, tentando mesmo persuadir Lena a declarar-se culpada em troca da sua liberdade. Mas para Lena tal é inaceitável.

O filme inspira-se na história verdadeira da jornalista bielorrussa da Belsat TV **Katsiaryna Andreyeva**, do seu marido **Ihar Iljash** e da sua colega **Darya Chultsova**. Darya já cumpriu a sua pena de dois anos, mas Katsiaryna e Ihar encontram-se atualmente na prisão, cumprindo ela uma pena de prisão prolongada de oito anos e três meses. E não são de longe os únicos: no final de 2024, a Associação Bielorrussa de Jornalistas assinalou que 45 profissionais dos meios de comunicação social ainda se encontram na prisão. Muitos são alvo de pressões mesmo depois de fugirem para o estrangeiro.

O filme teve a sua [estreia mundial](#) no festival Tribeca, em Nova Iorque, em junho de 2024.

Em 13 de dezembro, *Under the Grey Sky* foi exibido no Comité Económico e Social Europeu (CESE) na presença de Mara Tamkovich, no âmbito de um [seminário](#) sobre o papel dos meios de comunicação social independentes bielorrussos na promoção de uma sociedade resiliente e democratizada.

O CESE Info falou com **Mara Tamkovich** sobre o filme:

Em que medida o filme se atém à realidade dos factos e do destino de Katsiaryna Andreyeva? Utilizou imagens reais dos protestos de 2020 e do caso de Katsiaryna Andreyeva?

As imagens reais são utilizadas várias vezes no filme. O protesto que as personagens estão a transmitir no início do filme foi efetivamente filmado por Katsiaryna Andreyeva e por Darya Chultsova. Essas são as imagens reais que integrámos numa cena interpretada por atores. A filmagem da detenção de Raman Bandarenka, que as personagens veem no seu computador portátil, também é a original [N.d.E.: o ativista Raman Bandarenka foi espancado até à morte por vândalos encapuçados depois de ter tentado impedi-los de cortar as fitas vermelhas e brancas que simbolizam a bandeira da Bielorrússia antes da ocupação soviética]. No final do filme, como uma espécie de epílogo, inseri uma montagem das imagens transmitidas em direto por Katsiaryna nos protestos.

A história de base do filme está estreitamente ligada à realidade: a forma como os jornalistas foram presos e julgados e as penas que lhes foram aplicadas. Mas o meu objetivo não era fazer uma descrição exata dos acontecimentos, mas sim apresentar a verdade emocional das escolhas que as pessoas tiveram de fazer e da realidade dolorosa que tiveram de enfrentar. As personagens têm nomes fictícios para estabelecer uma certa distância entre elas e as vidas reais que as inspiraram, mas também para convidar o público a refletir sobre essa história como uma de muitas, como metáfora do que aconteceu a toda a nação.

O público na Bielorrússia sabe o que aconteceu a Katsiaryna Andreyeva e a outros jornalistas como ela? Sabe quantas pessoas sofreram o mesmo destino ou um destino semelhante?

Na Bielorrússia, as detenções políticas e a repressão aconteceram em tão larga escala que é difícil não estar ciente da situação. Pelo menos 130 000 pessoas sofreram diferentes formas de repressão e cerca de 500 000 abandonaram o país após 2020. O problema é simplesmente demasiado grande para se poder esconder.

Nos últimos anos, o número oficial de presos políticos (acusados ou condenados por acusações penais) na Bielorrússia manteve-se estável em cerca de 1 300 pessoas, mas há que ter em conta que centenas, se não milhares, já cumpriram a sua pena, algumas das quais foram libertadas mais cedo, e muitos dos recém-condenados receiam reivindicar o estatuto de prisioneiro político. A máquina da repressão está em constante atividade, com prisioneiros novos a substituir os que são libertados.

Qual foi a sua motivação principal para fazer este filme? O que espera alcançar com ele?

Enquanto bielorrussa, quando o regime bielorrusso reprimiu brutalmente o protesto de 2020, senti que devia fazer alguma coisa. Enquanto antiga jornalista, percebo bem a perspetiva das minhas personagens. Enquanto cineasta, vi uma história forte e profundamente comovente que tinha de contar.

Que mensagem ou emoção principal espera que ressoe no espetador ao ver o seu filme?

Espero mesmo que as pessoas reflitam um pouco sobre o que significa realmente a liberdade, quanto pode custar e se dão verdadeiramente valor ao que têm. Espero que pensem na Kacia e no Ihar e em todas as

peçoas que estão fechadas numa prisão, uma vez que a liberdade é algo que muitas peçoas na Europa consideram um dado adquirido.

O que deve fazer a UE - as suas instituições, a sociedade civil, as associações de jornalistas e de direitos humanos e os governos nacionais - para ajudar?

Insto a UE a não se esquecer da Bielorrússia e a não a considerar uma causa perdida. O apoio da UE é o que permite que a nossa cultura, os nossos meios de comunicação social e a sociedade civil sobrevivam sob esta pressão enorme, e, embora possa parecer um investimento a longo prazo, vale a pena fazê-lo.



«Se não existisse, teria de ser criado» – Grupo de Ligação do CESE celebra 20.º aniversário

Por ocasião do 20.º aniversário do Grupo de Ligação do CESE, os fundadores e os atuais membros do grupo solicitaram a adoção de medidas ativas para defender a democracia europeia, o espaço público aberto e uma Europa justa.

Em 11 de dezembro, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) celebrou o 20.º aniversário do seu [Grupo de Ligação](#) com as redes da sociedade civil europeia, o único órgão permanente para o diálogo político e a cooperação estruturada entre as organizações da sociedade civil e as instituições da UE. Ao longo das suas duas décadas de existência, o Grupo de Ligação desempenhou um papel importante ao dar

mais voz à sociedade civil organizada e integrar as suas preocupações na agenda europeia. O grupo é composto por 45 redes da sociedade civil ativas a nível europeu, consubstanciando plenamente os princípios consagrados no artigo 11.º do Tratado.

«Ao celebrar os 20 anos do Grupo de Ligação do CESE, honramos não só as suas realizações notáveis, como também as parcerias duradouras que moldaram a democracia participativa na Europa. Ao longo destas duas décadas, o Grupo de Ligação tornou-se uma plataforma dinâmica, dando força à voz da sociedade civil e promovendo a colaboração entre diferentes partes interessadas. Olhando para o futuro, temos de continuar unidos para reforçar os valores democráticos, expandir o espaço cívico e criar uma Europa que sirva verdadeiramente todos os seus cidadãos», afirmou **Oliver Röpkke**, presidente do CESE, no seu discurso de abertura.

«A nossa jornada não foi fácil», explicou **Brikena Xhomaqi**, copresidente do Grupo de Ligação, «mas aprendemos a confiar uns nos outros. E espero que forcemos a nossa cooperação para, em conjunto, lutar por uma estratégia coerente para a sociedade civil europeia».

No seu discurso de apresentação, **Katarina Barley**, vice-presidente do Parlamento Europeu, responsável pelas relações com as organizações da sociedade civil, declarou: «O Parlamento Europeu está disposto a

reforçar a sua cooperação com o Grupo de Ligação. Precisamos de uma cooperação cada vez mais estruturada com as organizações da sociedade civil. Juntos, temos de fazer mais para combater as ameaças sem precedentes à democracia na União Europeia». O Grupo de Ligação «se não existisse, teria de ser criado», acrescentou.

O evento que marcou o [20.º aniversário do Grupo de Ligação](#) foi muito concorrido, tendo contado com a participação de mais de uma centena de convidados, incluindo várias figuras proeminentes do setor da sociedade civil. Vários representantes de organizações da sociedade civil da Sérvia e da Moldávia marcaram presença, na sequência da política do CESE de convidar representantes dos países candidatos à adesão à UE a participar nos seus trabalhos. Estiveram também presentes quatro antigos presidentes do CESE, a saber, **Staffan Nilsson, Henri Malosse, Luca Jahier e Georges Dassis**. Luca Jahier salientou que o CESE tem a responsabilidade de criar e manter uma plataforma de diálogo civil, ao passo que Georges Dassis afirmou que «o mais importante é haver paz e para garantir a paz temos de ser fortes e manter-nos unidos.»

Não pôde participar? Consulte a [página do evento](#), onde encontrará a gravação das intervenções, a declaração conjunta da presidência do Grupo de Ligação, o vídeo de encerramento, fotografias e o comunicado de imprensa. (Im)



Copyright: Polish Presidency. Council of the European Union

Última hora: Atividades do CESE durante a Presidência polaca

Em 1 de janeiro, a Polónia sucedeu à Hungria na condução dos destinos da UE e exercerá a Presidência do Conselho durante o primeiro semestre de 2025. A Presidência polaca surge num momento de viragem para a Europa, coincidindo com o início do novo mandato da Comissão Europeia.

Num contexto que continua a ser marcado pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e por tensões geopolíticas sem precedentes na história recente da Europa, a Polónia está a centrar as suas prioridades no tema global da segurança. Este tema abrange a segurança no plano externo e interno e a sua dimensão económica, energética, alimentar e sanitária bem como a garantia do Estado de direito.

Estas prioridades vão ao encontro dos esforços do Comité Económico e Social Europeu (CESE) para promover a coesão, salvaguardar os valores democráticos e assegurar uma prosperidade estável. «O CESE orgulha-se de ser um parceiro fiável

e empenhado da Presidência polaca. Estamos dispostos a desempenhar um papel ativo na definição das prioridades políticas que marcarão este novo ciclo europeu», afirmou o presidente do CESE, **Oliver Röpke**.

A pedido da Presidência Polaca, o Comité elaborará 14 pareceres exploratórios. Consulte a nova brochura para saber mais sobre estes pareceres e outros trabalhos do CESE durante o primeiro semestre de 2025 e para conhecer os membros polacos do CESE e as organizações que representam. A brochura está exclusivamente disponível em linha em inglês, polaco, francês e alemão. (II)



Renovar a imagem da Europa

Para sobreviver, a União Europeia (UE) tem de comunicar eficazmente, especialmente no contexto atual de propagação desenfreada da desinformação, da rápida expansão da inteligência artificial (IA) e do aumento das tendências autoritárias. Para chegar a todos, a comunicação sobre a UE deve ser ao nível local.

Rebranding Europe [Renovar a imagem da Europa], o novo livro de **Stavros Papagiannas**, autor e estratega de comunicação, estabelece a base para um debate crucial sobre o papel da UE no mundo, apresentando a Europa numa encruzilhada face à agressão russa contra a Ucrânia, já no seu terceiro ano, à guerra no Médio Oriente e a vários desafios geopolíticos e económicos.

A apresentação do livro teve lugar em 3 de dezembro, no Residence Palace, em Bruxelas, e contou com a presença do vice-presidente do CESE responsável pela Comunicação, **Laurențiu Plosceanu**, que participou no debate sobre o posicionamento da Europa numa cena mundial turbulenta e a necessidade de a UE comunicar eficazmente os seus valores.

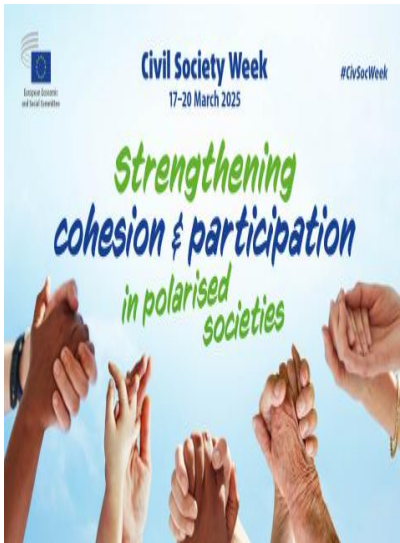
«A UE encontra-se num momento decisivo. Para garantir o seu futuro, a Europa tem de comunicar uma visão clara e convincente aos seus cidadãos e ao mundo. Não é uma questão de política, mas sim de confiança, identidade e objetivos comuns», afirmou Stavros Papagiannas.

Os participantes no debate salientaram que, para garantir a sobrevivência da UE, uma comunicação eficaz não é mera opção, mas sim uma necessidade, especialmente nos tempos de hoje pautados pela desinformação, pela IA e pelo autoritarismo crescente. A Europa tem de estar na vanguarda da promoção da democracia e dos direitos humanos. O papel dos meios de comunicação social é essencial para moldar a esfera pública europeia, recordou **Colin Stevens**, chefe de redação do *EU Reporter* e moderador do debate. «Nós, os meios de comunicação social, temos de explicar repetidamente que a Europa diz respeito a todos, e temos de o fazer todos os dias», insistiu.

Os peritos concordam que é muito difícil cortar de raiz a desinformação ou as notícias falsas, em especial com a emergência da IA. A contramedida mais eficaz é fomentar a resiliência na população.

«Em vez de insistir em falar, cabe ouvir mais as pessoas. Os cidadãos querem envolver-se e participar mais», afirmou Laurențiu Plosceanu, que salientou igualmente a importância de cooperar com a imprensa regional, instando as instituições da UE a estabelecerem parcerias com os meios de comunicação social regionais e a convidarem jornalistas regionais para se deslocarem a Bruxelas. Concluiu ainda que a Europa tem de agir a nível local, no terreno.

A grande maioria dos europeus pensa primeiro a nível local, depois regional e nacional e, só em último lugar, a nível europeu, devendo, portanto, a comunicação sobre a Europa ser adaptada a esta realidade e reconhecer que, para chegar às pessoas, o discurso tem de abraçar o nível local, regional e nacional. (mt)



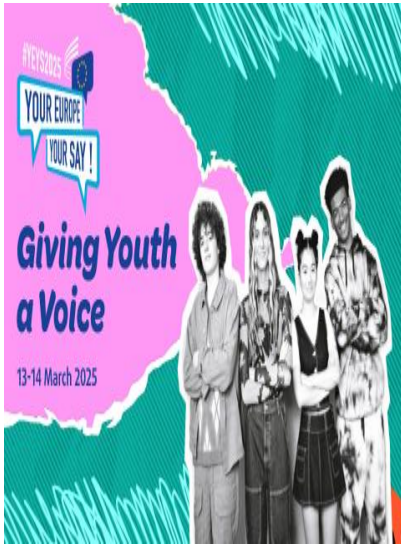
[Marque na sua agenda: Semana da Sociedade Civil do CESE de 17 a 20 de março de 2025](#)

O Comité Económico e Social Europeu (CESE), na sua qualidade de parceiro institucional da sociedade civil, anuncia com orgulho a segunda edição da [Semana da Sociedade Civil](#).

Centrado no tema «**Reforço da coesão e da participação nas sociedades polarizadas**», o evento de quatro dias incluirá sessões lideradas pelo [Grupo de Ligação do CESE com as redes europeias da sociedade civil](#). São de destacar igualmente o [Dia da Iniciativa de Cidadania Europeia \(ICE\)](#), [a cerimónia de entrega do Prémio para a Sociedade Civil](#) e os contributos dos conselhos económicos e sociais nacionais, de representantes da juventude, de jornalistas e de

organizações da sociedade civil dos países candidatos.

As inscrições abrem em fevereiro de 2025. Mais informações disponíveis brevemente na [página Web](#) da Semana da Sociedade Civil (#CivSocWeek) e nos [canais das redes sociais](#). Fique atento/a!



Escolas secundárias: vem aí a edição de 2025 de «A tua Europa, a tua voz»

O CESE recebeu centenas de candidaturas de escolas secundárias de toda a UE - e ainda dos países candidatos e do Reino Unido - para a edição deste ano de «A tua Europa, a tua voz».

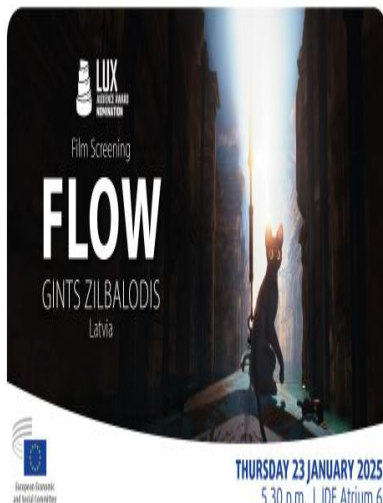
Os organizadores da iniciativa «A tua Europa, a tua voz» examinaram e avaliaram minuciosamente todas as candidaturas, selecionando [36 escolas secundárias](#) para participar na edição de 2025, que terá lugar em 13 e 14 de março.

«A tua Europa, a tua voz» é o evento anual emblemático do CESE destinado à juventude e reunirá cerca de 100 estudantes e

37 professores. A edição deste ano realiza-se ao longo de um dia e meio sob o lema «Dar voz aos jovens» e centra-se no papel que os jovens podem desempenhar na construção de um futuro resiliente. Visa capacitá-los para participarem em ações cívicas e contribuírem ativamente para a democracia participativa nas suas comunidades e não só.

Enquanto o CESE ultima os preparativos para acolher os participantes, alguns dos seus membros visitarão as escolas selecionadas no início de 2025 para se reunirem com os participantes e trocarem ideias antes do evento principal.

As sessões de abertura e de encerramento de 14 de março de 2025 serão transmitidas em direto pela Internet. A hiperligação será publicada no sítio Web do CESE, na página Web oficial dedicada à edição de 2025 da iniciativa [«A tua Europa, a tua voz» 2025 | CESE](#), onde será possível encontrar mais informações atualizadas sobre o evento.



«Flow» marca o rumo no CESE

Em 23 de janeiro, o CESE organizará uma sessão de visionamento do filme «Flow - À deriva», candidato ao [LUX - Prémio Europeu do Público para o Cinema](#) de 2025.

Realizado pelo cineasta letão **Gints Zilbalodis**, este filme de animação aclamado pelos críticos é uma coprodução letã, francesa e belga. Granjeou reconhecimento mundial, conquistando o Globo de Ouro para Melhor Filme de Animação e prémios conceituados em festivais, como o Festival Internacional de Cinema de Animação de Annecy, os Prémios da Associação de Críticos de Cinema de Nova Iorque e os Prémios Europeus de Cinema.

Acompanhe a viagem de Cat, um animal solitário que sobreviveu a uma inundação p s-apocalíptica,   medida que navega numa nova realidade e aprende a colaborar com as outras espécies presentes no barco que lhes serve de refúgio.

O evento insere-se numa série de projeções de filmes organizadas atualmente pelo CESE, em parceria com o LUX - Pr mio Europeu do Público para o Cinema, do Parlamento Europeu, com o objetivo de promover a diversidade cultural e fomentar o diálogo sobre temas sociais prementes.



Conheça a versão interativa do Passaporte Europeu para a Democracia

Milhares de cópias da última edição da popular [brochura](#) do CESE, o Passaporte Europeu para a Democracia, estão agora a ser distribuídas em toda a Europa. Se gostaria de saber se o Passaporte Europeu para a Democracia também está disponível em formato eletr nico, a resposta   afirmativa.

A [versão interativa em linha](#) apresenta vídeos, questionários, mapas e muito mais e já está disponível em 13 línguas, com versões linguísticas adicionais em preparação! Consulte-a e descubra de que forma pode realmente fazer a diferenç a!



As histórias de sucesso do CESE

A publicação mais recente do Comité Económico e Social Europeu (CESE) apresenta uma série de 11 histórias sobre as suas conquistas nos últimos tempos.

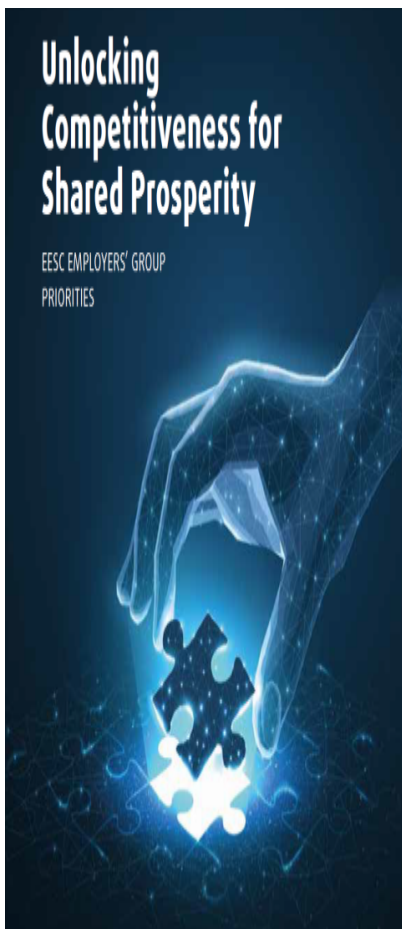
Nesta publicação, o CESE mostra como trabalhou para assegurar que certas questões económicas e sociais fundamentais, identificadas pelos parceiros sociais e pela sociedade civil, são debatidas e abordadas a nível europeu.

As histórias demonstram também como o CESE, através do seu trabalho consultivo, influencia a legislação da UE e controla a sua correta aplicação.

Pode ler mais sobre estas 11 histórias ou descarregá-las no sítio Web do CESE: [Realizações recentes do CESE](#).

Para obter cópias em papel, em inglês ou francês, queira enviar uma mensagem para vipcese@eesc.europa.eu.

NOTÍCIAS DOS GRUPOS



Fomentar a competitividade em prol de uma prosperidade partilhada: novas prioridades do Grupo dos Empregadores

Por Stefano Mallia, presidente do Grupo dos Empregadores

«Fomentar a competitividade em prol de uma prosperidade partilhada» é o objetivo principal das prioridades recentemente adotadas pelo nosso grupo.

Face aos atuais desafios globais, a **competitividade** e a criação de um ambiente favorável às empresas devem ser prioridades de topo da agenda política, promovidas através de medidas políticas concretas.

Numa UE favorável às empresas, a competitividade assenta na excelência e na concorrência sã, e não em subsídios ou no protecionismo, assegurando às empresas um acesso competitivo a todos os recursos de produção necessários. Uma UE favorável às empresas significa também dispor de uma regulamentação favorável à atividade empresarial e à produtividade, que minimize os encargos administrativos e assegure o pleno funcionamento do **mercado único**. Além disso, uma confiança sólida entre as empresas e os decisores políticos é fundamental não só para atrair investimentos mas também para salvaguardar os interesses das empresas da UE em relação aos concorrentes internacionais.

Por conseguinte, apelamos à adoção de 10 conjuntos de medidas políticas favoráveis às empresas enquanto principais prioridades:

1. Uma reforma radical da abordagem regulamentar
2. Sistemas de inovação produtiva centrados no investimento e na inovação
3. Alta capacidade tecnológica no domínio da defesa, da segurança e da transição ecológica e apoio às empresas tecnológicas em fase de arranque
4. Uma base industrial forte
5. Mercados financeiros integrados através do desenvolvimento da União dos Mercados de Capitais e da União Bancária
6. Acesso adequado a trabalhadores
7. Sistemas energéticos e de transporte eficazes
8. Igualdade de condições de comércio
9. Transição ecológica orientada para as empresas
10. Finanças públicas eficientes

Estas medidas são urgentes para tirar partido do impacto positivo da competitividade das empresas em prol de uma economia sólida e de uma UE influente a nível mundial.

Os relatórios de Enrico Letta e Mario Draghi foram um sinal de alerta: ou a UE volta a ser competitiva ou poderá enfrentar escolhas difíceis em matéria de bem-estar, normas ambientais e liberdades fundamentais.

Não podemos dar-nos a esse luxo.



[Um Pacto da Indústria Limpa para a Europa e também para os seus trabalhadores?](#)

Pelo Grupo dos Trabalhadores

A indústria europeia enfrenta muitos desafios diferentes, nomeadamente os preços extremamente elevados da energia, as dificuldades em atrair mão de obra qualificada e o acesso ao financiamento. Em 2023, a UE apresentou o [Plano Industrial do Pacto Ecológico](#), centrado na consecução da neutralidade carbónica. Na apresentação [das suas orientações políticas no outono passado](#), a presidente Ursula Von der Leyen mencionou a importância de um «Pacto da Indústria Limpa» para assegurar indústrias competitivas e empregos de qualidade, no espírito do Relatório Draghi.

A indústria é um elemento essencial das transições ecológica e digital e do nosso sistema económico. Mas o que significa este novo pacto para os trabalhadores? Uma mão de obra forte e sindicalizada, bem remunerada e beneficiando de boas condições de trabalho é um assunto importante não apenas para os sindicatos, mas também para a sociedade em geral, a democracia e a estabilidade social, assim como a produtividade das empresas.

Sem uma orientação apropriada e um financiamento público adequado, este pacto poderá acabar por assentar nos elementos mais favoráveis à desregulamentação contidos no Relatório Draghi e na agenda para a competitividade, o que poderá pôr em risco o modelo social europeu ao promover um modelo de concorrência nocivo que estimula um nivelamento por baixo dos salários e das condições de trabalho.

Para debater essa preocupação, o Grupo dos Trabalhadores do CESE e a Confederação Europeia de Sindicatos organizam, em 14 de fevereiro, nas instalações do CESE, uma conferência conjunta sobre uma política industrial europeia que favoreça empregos de qualidade. Podem participar no debate todas as partes interessadas, as quais convidamos desde já a anotarem a data nas suas agendas e a juntarem-se ao debate nesse dia.



[UE precisa de resposta política pan-europeia para a sua crise da habitação](#)

Pelo Grupo das Organizações da Sociedade Civil do CESE

Reforçar a digitalização dos setores da construção e da habitação e associar os intervenientes da economia social aos serviços de oferta de habitação são medidas que podem ajudar a enfrentar os atuais desafios relacionados com a acessibilidade e a sustentabilidade na Europa. Uma vez que a habitação é não só uma necessidade mas também um direito humano, é necessária uma resposta pan-europeia aos vários desafios, de acordo com

uma conferência recente no CESE.

Em 21 de novembro, o Grupo das Organizações da Sociedade Civil do CESE organizou a **conferência «[Proteger as pessoas mais vulneráveis na Europa através de uma habitação sustentável e a preços acessíveis](#)»**, cujos debates se centraram na forma como a UE e os seus Estados-Membros podem tornar as condições de habitação mais inclusivas, acessíveis e sustentáveis em toda a Europa.

Séamus Boland, presidente do Grupo das Organizações da Sociedade Civil, frisou que o acesso a uma habitação adequada é um direito humano que exige soluções à escala da UE. Chamou a atenção para a ligação entre o aumento dos preços da habitação e os níveis de pobreza, salientando que «a oferta de habitação sustentável e a preços acessíveis é fundamental para erradicar a pobreza».

Séamus Boland sublinhou igualmente que «a Estratégia da UE de Combate à Pobreza e o Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis propostos pela presidente eleita da Comissão Europeia devem fazer parte de uma abordagem política transetorial para erradicar a pobreza. Esta abordagem deve contar com a participação das organizações da sociedade civil em todo o processo de conceção, aplicação e acompanhamento das soluções. A habitação sustentável tem de ser examinada numa perspetiva mais ampla que englobe a eficiência na utilização dos recursos, a circularidade, a resiliência, a adaptação e a acessibilidade económica.»

O evento também apresentou o [novo estudo do CESE](#) intitulado *Habitação sustentável a preços acessíveis na UE*, encomendado pelo Grupo das Organizações da Sociedade Civil. O estudo explora soluções políticas para assegurar uma habitação sustentável e a preços acessíveis em toda a UE. Examina duas tendências emergentes: a digitalização e a participação dos intervenientes da economia social na oferta de habitação. O estudo analisa iniciativas inovadoras em seis Estados-Membros, avaliando o potencial para a sua aplicação generalizada em toda a Europa.

Saiba mais sobre as [recomendações políticas a médio e longo prazo do estudo do CESE](#).

Também pode consultar as [conclusões e recomendações](#) da conferência.

A MIGRAÇÃO EM DESTAQUE



[Como pode a sociedade civil contribuir para a aplicação do Pacto em matéria de Migração e Asilo? Fórum Europeu sobre Migração aponta o caminho](#)

O 9.º Fórum Europeu sobre Migração, organizado pelo Comité Económico e Social Europeu (CESE) e pela Direção-Geral da Migração e dos Assuntos Internos da Comissão Europeia, centrou-se no papel fundamental que a sociedade civil pode desempenhar na futura aplicação do Pacto em matéria de Migração e Asilo e destacou o trabalho que as organizações da sociedade civil realizam diretamente no terreno.

O Fórum Europeu sobre Migração, realizado em Bruxelas no final de novembro, focou-se no [Pacto em matéria de Migração e Asilo](#), que entrou em vigor em junho de 2024. Os participantes debruçaram-se sobre a futura aplicação do pacto e a forma como a sociedade civil pode ajudar a aplicá-lo de forma humana. O evento permitiu também abordar aprofundadamente o novo mecanismo permanente de solidariedade, a necessidade de estabelecer ligações mais estreitas entre os procedimentos de asilo e de regresso e de oferecer condições de acolhimento adequadas, bem como o [Plano de Ação sobre a Integração e a Inclusão para 2021-2027](#).

No início da sessão de abertura, **Ylva Johansson**, comissária dos Assuntos Internos cessante, declarou: «Estou muito satisfeita com o facto de uma das minhas últimas missões públicas enquanto comissária ser esta minha intervenção no Fórum Europeu sobre Migração, uma plataforma vital para as organizações da sociedade civil, os Estados-Membros da UE e os decisores políticos abordarem os desafios e as oportunidades ligados à gestão da migração. Os nossos debates ao longo dos anos foram sempre inspiradores. Juntos, podemos construir comunidades mais fortes e mais resilientes, defendendo os nossos valores e assegurando que a Europa continua a ser um espaço de refúgio e de oportunidades.»

Oliver Röpké, presidente do CESE, agradeceu à comissária Ylva Johansson o seu empenho na reforma da política de migração da UE. Advertiu, no entanto, que «temos de assegurar que o Pacto em matéria de Migração é aplicado da forma mais humana e sustentável possível. A única forma de o conseguir é ouvindo as organizações da sociedade civil no terreno. Embora o pacto tenha sido adotado, a tarefa está longe de concluída. Na verdade, podemos mesmo dizer que o verdadeiro trabalho começa agora.»

O Fórum Europeu sobre Migração, criado em 2015, é uma plataforma de diálogo entre a sociedade civil, as instituições e as autoridades sobre questões relacionadas com a migração e a integração dos nacionais de países terceiros. Reúne-se uma vez por ano para debater as últimas evoluções políticas e recolher e trocar informações sobre a forma como as políticas europeias são aplicadas a nível regional e local no terreno.

Todos os anos, o fórum centra-se num tema diferente, escolhido com base nos contributos fornecidos pelas organizações da sociedade civil durante o processo de consulta que decorre nos meses que antecedem o evento. Até à data, abordou temas como o estabelecimento de rotas de migração seguras, o acesso dos migrantes aos direitos e serviços e à UE, um mercado de trabalho europeu mais inclusivo para os migrantes e o papel dos jovens.

O CESE já adotou pareceres importantes sobre temas incontornáveis no domínio da migração e do asilo, nomeadamente a criação do [Pacto em matéria de Migração e Asilo](#), os [regulamentos relativos ao asilo e à migração](#), o [pacote União da Segurança / pacote Schengen](#) e o [Plano de Ação sobre a Integração e a Inclusão para 2021-2027](#). Em 2009, criou também o [Grupo Permanente para a Imigração e Integração](#), que ajuda a tornar mais tangível o seu papel de interlocutor entre a sociedade civil e as instituições da UE no domínio da migração, procurando, simultaneamente, promover o desenvolvimento de uma política europeia comum de imigração e integração. (Im)



Photo from 'The Jungle' project: Trench foot, a fungal infection that affects the feet, is one of the most common health problems among refugees attempting to cross the Białowieża Forest (October 2022). Copyright: Hanna Jarzabek

A Selva

Hanna Jarzabek, fotógrafa documental polaco-espanhola nomeada para o Prémio de Impacto - Jornalismo de investigação para a Europa (IJ4EU) de 2024, apresenta uma imagem desoladora da situação na fronteira entre a Polónia e a Bielorrússia, onde milhares de refugiados tentam atravessar a floresta de Białowieża, conhecida como «a Selva».

Por Hanna Jarzabek

Desde novembro de 2021 que milhares de refugiados, sobretudo de países do Médio Oriente e de África, tentam atravessar a floresta de Białowieża, a última floresta primária ainda existente na Europa, situada ao longo da fronteira entre a Polónia e a Bielorrússia. A floresta, a que alguns refugiados deram a alcunha de «a Selva», é um local perigoso e difícil de atravessar, em especial para as pessoas pouco habituadas ao clima agreste do nordeste da Europa. Muitos refugiados ficam encurralados na floresta durante longos períodos e enfrentam condições extremas, como a falta de alimentos e de água e um elevado risco de hipotermia e morte durante o inverno. Quando são capturados pelos guardas de fronteira, estes refugiados são geralmente forçados a reatrasar a fronteira, o que significa ficar na floresta do lado bielorrusso, muitas vezes à noite, sem testemunhas e com os seus telefones destruídos para evitar a comunicação com o mundo exterior. Estes regressos involuntários, conhecidos como «reenvios forçados», ocorrem mesmo em condições extremas, sem exceções para mulheres grávidas ou indivíduos à beira da hipotermia, que são ainda assim expulsos para o território bielorrusso. Alguns refugiados alegaram terem sido reenviados repetidamente, alguns até 17 vezes.

O anterior Governo polaco construiu um muro na fronteira, corado de arame laminado e com uma base reforçada. Como os muros do mesmo tipo noutras partes do mundo, é incapaz de impedir as pessoas de tentarem entrar na Europa, e em vez disso sujeita-as a riscos graves. Os guardas de fronteira também instalam câmaras ativadas por detetores de movimento para seguirem as deslocações dos refugiados e dos

trabalhadores humanitários. Sem campos de acolhimento para refugiados, estes escondem-se na floresta para evitarem os reenvios forçados para a Bielorrússia, e a crescente presença militar dificulta a ajuda humanitária.

Desde sempre que a prestação de ajuda humanitária nesta fronteira enfrenta desafios significativos. Depois que o partido de extrema-direita saiu do poder em outubro de 2023, a esperança de uma mudança na política de migração renasceu, mas a violência, as rejeições e acesso limitado aos cuidados médicos continuam a ser uma realidade. Atualmente, a Médicos sem Fronteiras está a funcionar com apenas três pessoas a tempo parcial para prestar assistência médica numa fronteira de 400 quilómetros. A organização não dispõe de uma base permanente, contrariamente a outras regiões fronteiriças com fluxos migratórios semelhantes. Enfrenta condições difíceis, muitas vezes prestando ajuda na obscuridade e sem equipamento adequado para efetuar um diagnóstico exato. Os seus colaboradores têm de adaptar o tratamento médico a condições florestais, por exemplo, dando perfusões intravenosas durante a noite ou prestando assistência médica de urgência em casos graves, como o aborto espontâneo.

Desde a construção do muro, e além dos problemas de saúde, registam-se agora vários tipos de fraturas, uma vez que as pessoas tentam escalar o muro e caem por vezes de alturas de 5 metros. Algumas fraturas requerem operações complicadas e meses de recuperação. Nestes casos, como nos casos de hipotermia, a única solução é chamar uma ambulância, sabendo que a pessoa será detida e vigiada pelos guardas de fronteira durante a hospitalização. Quando a pessoa tem alta, os guardas de fronteira decidem, com base nos seus próprios critérios, se a enviam para um centro fechado para estrangeiros ou para um centro aberto. De acordo com o que vários entrevistados me disseram, há situações em que os refugiados, depois de saírem do hospital, foram transportados pelos guardas de fronteira de novo à floresta e forçados a atravessar para o lado bielorrusso, pelo que o seu périplo tem de começar de novo.

Nos últimos meses, o número de soldados aquartelados ao longo da fronteira entre a Polónia e a Bielorrússia também aumentou de forma constante, reflexo da escalada das tensões na região. Em junho de 2024, um migrante apunhalou um soldado polaco na fronteira, e este acabou por falecer dos ferimentos. O novo governo reagiu intensificando a sua campanha antimigração e adotando uma lei que permite aos soldados utilizar armas sempre que o considerem necessário, sem terem de responder pelos seus atos. Esta decisão suscita grandes preocupações, sobretudo à luz de anteriores incidentes sérios que envolveram o uso da força. Em outubro de 2023, por exemplo, um refugiado sírio foi alvejado nas costas em plena luz do dia, ficando gravemente ferido. Igualmente, em novembro de 2023, voluntários humanitários comunicaram que os guardas de fronteira tinham disparado na sua direção sem aviso prévio enquanto tentavam prestar ajuda. Há o risco de que a nova lei não só normalize essas práticas perigosas mas também crie um clima de impunidade, pondo ainda mais em perigo tanto os refugiados como quem tenta ajudá-los. Ao dar aos soldados uma autoridade ilimitada, esta política viola os direitos humanos fundamentais e pode agravar a violência numa região fronteiriça já instável.

Donald Tusk está a tentar projetar uma imagem de maior abertura e respeito dos direitos humanos, mas o seu governo continua a perpetuar a ideia do governo anterior de que os migrantes nas fronteiras são uma ameaça para a sociedade polaca, desumanizando-os e representando-os como terroristas ou criminosos. O governo anterior também tentou classificar a ajuda humanitária como auxílio ao tráfico de seres humanos, um crime passível de uma pena de até oito anos de prisão. É de crer que esta política se mantenha durante o governo de Donald Tusk. Em 28 de janeiro de 2025, cinco voluntários humanitários que ajudaram uma família iraquiana e uma pessoa do Egito em 2022, [serão julgados](#) e arriscam a mesma pena severa.

Além disso, a política de migração recentemente anunciada (outubro de 2024) oferece poucos motivos para otimismo. A zona tampão, criada em julho do ano passado, continua a existir, restringindo seriamente o acesso às organizações humanitárias, como a Médicos sem Fronteiras, e aos jornalistas e entravando a prestação de ajuda aos refugiados e a documentação das violações dos direitos humanos por parte das autoridades polacas.

Contudo, o aspeto mais controverso desta política é a intenção de suspender o direito de asilo na fronteira, uma medida que infringe de forma flagrante os direitos humanos fundamentais reconhecidos em toda a Europa. Além disso, esta política terá implicações de monta para a população local da região fronteiriça, mas foi formulada sem consulta prévia dessa população ou das organizações humanitárias. Estas, que têm trabalhado incansavelmente para prestar ajuda, também acumularam conhecimentos fundamentais sobre a situação, as necessidades dos refugiados que tentam atravessar e os desafios que enfrentam. Ignorar o seu contributo não só compromete os esforços humanitários mas pode igualmente exacerbar uma situação já de si desesperada.

Este [relatório de investigação](#) foi elaborado com o apoio de uma subvenção do Fundo de Jornalismo de Investigação para a Europa (IJ4EU).

*[Hanna Jarzabek](#) é uma fotógrafa documental polaco-espanhola baseada em Madrid, formada em Ciências Políticas e com experiência como analista política das agências das Nações Unidas. O seu trabalho centra-se em temas como a discriminação, a identidade de género, a diversidade sexual e os fluxos migratórios nas fronteiras orientais da UE, com uma abordagem sensível e respeitadora. O seu trabalho foi publicado em títulos importantes, como o *El País* e a *Newsweek Japan*, exibido a nível internacional e recompensado por vários prémios, incluindo uma nomeação para o Prémio de Impacto IJ4EU 2024 e o prémio Leica Oskar Barnack 2023.*

Fotografia do projeto «A Selva»:

O «pé-de-trincheira», uma infeção fúngica que afeta os pés, é um dos problemas de saúde mais comuns entre os refugiados que tentam atravessar a floresta de Białowieża (outubro de 2022).



Copyright: Robert Gašpert

[Unmarked graves at Europe's outer borders](#)

Barbara Matejčić, a freelance journalist from Croatia, has had the 'List of Refugee Deaths' - a record of people who tried to reach safety in the EU from 1993 to present day - printed out on her desk for a long time. This 'catalogue of refugee despair and the cruelty of Europe's border regime' has served as a reminder that she needs to do something about it. In 2024, she took part in a major award-winning cross-border journalism project that confirmed over 1 000 unmarked graves of migrants across Europe over the last decade. Her story [Unmarked monuments of EU's shame in Croatia and Bosnia](#) chronicles state-linked deaths along the treacherous Balkan route.

By Barbara Matejčić

As I write this, on 13 January, in Zagreb, the odds are high that someone out there on the so-called Balkan route is dying. The temperatures are below freezing; the rivers are icy, swollen, and fast-flowing, and the mountains and forests are covered in snow. People have no other way to reach the European Union and ask for asylum, so they take high-risk routes. And they do not die 'only' because they drowned, fell fatally or froze to death. They also die because the police shoot at the boats in which they cross rivers, as happened to 20-year-old Arat Semiullah from Afghanistan, whose funeral prayer I attended in Bosnia and Herzegovina. They also die because the police refuse to respond to their repeated cries for help, as in the case of three minors from Egypt who froze to death in a Bulgarian forest in late 2024.

The root of my journalistic work on migrant deaths along the Balkan route lies in the '[List of Refugee Deaths](#)', compiled by UNITED, a European network of activists and non-governmental organisations. The list documents information from 1993 to the present, about who has died, where, when, how and under what circumstances, while trying to reach Europe or somewhere within Europe. Many of those on the list were refugees fleeing the wars in the former Yugoslav countries. Eleven-year-old Jasminka from Bosnia died in 1994 after her Roma family was set on fire in a refugee centre in Cologne. Lejla Ibrahimović from Bosnia took her own life on 4 December 1994 in Birmingham after the British Interior Ministry refused to grant a visa to her husband Safet. Many people on the list tragically died by suicide.

Many did so after their asylum applications were refused, or before they were due to be deported from the European country they had managed to reach or in protest of the long wait for their asylum requests to be resolved. In the summer of 1995, Todor Bogdanović from Yugoslavia was shot by French police in the mountains near the border with Italy. He was eight years old. Refugees from former Yugoslav countries crossed the borders with documents and received protection in European countries, similar to Ukrainian refugees since the war in Ukraine began. But even then, some could not cross the border legally and tried to reach safety in Western Europe by any means they could, just as non-European refugees have done over the past decade. We don't know about those deaths from the 1990s, just as we don't know much about the ones happening today.

Twelve years ago, I printed out that list, and it has been sitting on my desk ever since as a reminder that I need to do something about it. For me, no photograph, no text, no documentary about refugees is as heart-wrenching as that bare list of dead people. Those densely written pages are a catalogue of refugee despair and the cruelty of Europe's border regime.

As a reporter, I have covered various aspects of migration, including illegal pushbacks and police violence, particularly by the Croatian police, over the past decade. I started focusing on deaths in 2023. I toured cemeteries with activists in Croatia and Bosnia and Herzegovina, sent hundreds of inquiries to state bodies, spoke to the loved ones of the deceased. It is the activists, not the police, that migrants call when their life is in danger. It is the activists who help relatives find those who have disappeared after losing contact with them. It is activists who try to identify the dead, and put up permanent gravestones. This network of compassionate people does the work that should be done by institutions.

The text [Unmarked monuments of EU's shame in Croatia and Bosnia](#) is part of what I published, and it was created as part of an international journalistic investigation into migrant deaths at the external borders of the European Union, which I conducted together with colleagues from Greece, Italy, Spain, and Poland. The series titled [1000 Lives, 0 Names: The Border Graves Investigation](#) won the 2024 [Special Award European Press Prize](#) and [Investigative Journalism for EU Impact Award](#) (IJ4EU).

Based in Zagreb, Croatia, Barbara Matejčić is an award-winning freelance journalist, non-fiction writer, editor, researcher and audio producer focused on social affairs and human rights in the Balkan region. She has won several awards, including the Investigative Journalism for Europe award (2024) and the European Press Prize (2024). The Croatian Journalists' Association named her best print journalist in Croatia for her features about post-war societies in Croatia and Bosnia and Herzegovina. She writes for Croatian and international media and produces multimedia projects. She lectures in Journalism Studies at the University of VERN in Zagreb. You can find out more about Barbara's work at barbaramatejic.com



Copyright: UNHCR

Países da UE não devem forçar refugiados sírios a regressar no atual contexto instabilidade

O Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) está disponível para apoiar os cidadãos sírios que consideram que é seguro regressar a casa. Mas, para todos os outros, desaconselha que se force o seu regresso a um país marcado pela incerteza política e por uma das piores crises humanas da atualidade, onde cerca de 90% da população vive abaixo do limiar de pobreza, defende Jean-Nicolas Beuze do ACNUR.

Por Jean-Nicolas Beuze

Face à rápida evolução do panorama político na Síria na sequência da queda do presidente Bashar al-Assad, o destino dos refugiados deste

país, que constituem o maior grupo de refugiados do mundo, veio ocupar um lugar central nos debates em toda a Europa.

Cada vez mais países da UE estão a suspender as decisões sobre os pedidos de asilo de nacionais sírios e alguns anunciaram iniciativas como voos especiais e incentivos financeiros ou «bónus de regresso» para incentivar os refugiados a regressarem ao seu país de origem. Outros parecem mesmo apostados em expulsar os cidadãos sírios que se encontram atualmente no seu território, independentemente do seu estatuto de asilo.

Para poderem tomar decisões informadas em matéria de asilo, os Estados-Membros devem avaliar se a Síria é um país seguro para acolher os sírios que residem atualmente na Europa. A situação no terreno está a evoluir rapidamente, não permitindo, neste momento, fazer juízos definitivos a esse respeito. A segurança permanece uma incógnita, com o país a oscilar entre a via da paz e da reconciliação e a ameaça de um regresso à violência.

Milhões de refugiados sírios que vivem fora do país tentam perceber o que o desenrolar dos acontecimentos na sua pátria significa para o seu próprio futuro, perguntando-se se a Síria será um lugar seguro para viver e se os seus direitos serão respeitados. Se para alguns a perspectiva de regresso parece mais viável, para outros subsistem preocupações profundas.

Na Síria atual, o que reserva o futuro às pessoas pertencentes a minorias étnicas ou religiosas, que têm opiniões políticas diferentes ou que se identificam como parte da comunidade LGBTQ+? A resposta ainda não é clara.

Quanto aos que consideram que é seguro regressar, temos de respeitar a sua apreciação e, se necessário, apoiá-los no regresso e na reintegração nas suas comunidades de origem. No entanto, para todos os outros, o ACNUR desaconselha os regressos forçados devido à atual instabilidade e incerteza política no país.

O repatriamento forçado da União Europeia violaria os direitos dos sírios enquanto refugiados, colocando-os em risco de sofrer danos graves e irreparáveis após o regresso.

A violência armada que continua em várias partes da Síria, conjugada com a incerteza quanto à forma como as novas autoridades darão resposta às necessidades da população, especialmente dos grupos vulneráveis, torna prematuro para muitos equacionar o regresso. É importante respeitar a sua opinião sobre a questão. Por conseguinte, os Estados-Membros da UE, juntamente com os países vizinhos da Síria que acolhem generosamente a maioria dos refugiados sírios há mais de uma década, devem continuar a honrar o seu compromisso de oferecer proteção aos sírios no seu território.

Das 1,1 milhões de pessoas deslocadas internamente devido à escalada das hostilidades no final de novembro, cerca de 627 000 continuam deslocadas, 75% das quais mulheres e crianças.

Os regressos prematuros apresentam riscos significativos, sobretudo porque alimentam um ciclo de deslocações – tanto no interior da Síria como além das suas fronteiras – que, em última análise, agravam a crise.

Para além das deslocações em massa, a Síria enfrenta uma das mais graves crises humanas da atualidade. Durante o conflito, foi destruída uma grande parte das infraestruturas da Síria, incluindo hospitais, escolas e habitações. A maioria dos refugiados não tem uma casa à qual regressar. Em muitas regiões continua a

haver escassez de alimentos, água potável e cuidados médicos. A falta de serviços básicos, de oportunidades económicas e de segurança torna difícil para os repatriados reconstruírem as suas vidas de forma sustentável e digna. Uma percentagem surpreendente da população síria (90%) vive abaixo do limiar de pobreza.

Nas últimas semanas, os regressos voluntários de sírios provenientes do Líbano, da Turquia e da Jordânia aumentaram consideravelmente, com estimativas preliminares a apontarem para 125 000 regressos, ou seja, cerca de 7 000 por dia. Embora estes sejam motivados por escolhas individuais, o ACNUR está empenhado em apoiar todos aqueles que decidam regressar agora.

Muitos sírios na Europa e nos países vizinhos procuram ainda perceber até que ponto é seguro regressar e questionam-se sobre o que terá o país para lhes oferecer em termos de serviços básicos e de oportunidades para reconstruir as suas vidas. Porém, todos eles desejam ardentemente reunir-se com os seus entes queridos. Daí muitos pretenderem regressar a casa por um curto período, de modo a avaliar a situação no terreno. E devem poder fazê-lo sem receio de perder o seu estatuto de refugiado na Europa. Estas visitas de «reconhecimento» são essenciais para que as pessoas tomem decisões informadas que conduzam a melhores resultados, nomeadamente a regressos seguros e duradouros.

A paciência e a prudência são essenciais enquanto os sírios aguardam as condições adequadas para um regresso seguro e uma reintegração bem-sucedida nas suas comunidades. Num momento em que muitos sírios começam a considerar regressar a casa, o ACNUR está pronto para os apoiar. Após anos de deslocação, para muitos deles esta poderia ser a oportunidade há muito aguardada de terminarem a sua vida de refugiados e encontrarem uma solução duradoura, regressando à Síria. À semelhança do que aconteceu ao longo de todo o seu exílio, a União Europeia e o ACNUR não deixarão de estar ao seu lado quando decidirem regressar e reconstruir uma nova Síria.

Jean-Nicolas Beuze é o representante do ACNUR junto da UE, Bélgica, Irlanda, Luxemburgo, Países Baixos e Portugal; anteriormente foi representante no Iraque, no Líbano e no Canadá. Tem mais de 27 anos de experiência ao serviço das Nações Unidas, tanto no terreno como na sede, nos domínios dos direitos humanos, da manutenção da paz e da proteção das crianças.



Copyright: Camille Le Coz

Aplicação do novo Pacto em matéria de Migração e Asilo pode pôr à prova o projeto europeu

Enaltecido como um marco histórico quando da sua adoção em maio de 2024, o novo Pacto da UE em matéria de Migração e Asilo ainda não pôde demonstrar o seu valor, mas os desafios que terá pela frente em 2025 serão de monta: num contexto geopolítico caracterizado por uma enorme incerteza, a complexidade inerente do Pacto e o prazo apertado para a sua aplicação exigirão prudência e uma boa dose de equilíbrio - uma análise de Camille Le Coz, do Instituto para a Política de Migração Europa (MPI Europe).

O início de 2025 traz consigo questões prementes sobre o futuro das políticas de migração na União Europeia (UE). A nova Comissão Europeia definiu um rumo claro com o seu plano de execução do novo Pacto em matéria de Migração e Asilo, mas a evolução das circunstâncias ameaça desviar a atenção política e os recursos para outras finalidades. As eleições que se avizinham na Alemanha agravaram o nível de incerteza, juntamente com os efeitos da queda do regime de Assad e a trajetória imprevisível da guerra na Ucrânia. Os debates sobre os modelos de externalização prosseguem, mas tais esforços são frequentemente manobras políticas isoladas e não fazem parte de uma estratégia europeia coesa. Entretanto, a migração continua a ser utilizada como arma na fronteira polaca com a Bielorrússia, estando essa instrumentalização a dificultar cada vez mais o respeito pelo direito da UE. Este ano será decisivo para determinar se a União Europeia é capaz de aplicar uma abordagem que fomente a confiança e dê lugar a uma ação coletiva tão necessária, ou se acabará por enfrentar uma fragmentação ainda maior.

Em maio de 2024, muitos decisores políticos europeus enalteceram a adoção do Pacto como um marco histórico, após anos de negociações difíceis. Pouco antes das eleições europeias, este acordo demonstrou a capacidade da UE de agir em bloco e dar resposta a alguns dos seus problemas mais desafiantes. Os objetivos do Pacto centram-se na resolução das tensões em matéria de responsabilidade e solidariedade, no combate à perceção de uma crise migratória sem fim e na eliminação das discrepâncias nos procedimentos de asilo entre os Estados-Membros. Embora o novo quadro se baseie, em grande medida, no sistema existente, introduz medidas mais rigorosas, como a triagem sistemática, o reforço dos procedimentos de asilo e de regresso nas fronteiras, bem como exceções às regras comuns em situações de crise. O Pacto preconiza igualmente uma maior europeização, incluindo a solidariedade obrigatória, o reforço do papel das instituições e agências da UE e o aumento do financiamento e da supervisão europeus.

Este reforço da credibilidade da UE no que diz respeito à gestão comum da migração poderá, contudo, ser de curta duração se os europeus não aplicarem as novas regras até maio de 2026. Este prazo apertado é particularmente exigente, uma vez que o Pacto requer a criação de um sistema complexo, a mobilização de recursos e o recrutamento e formação de pessoal, especialmente nos Estados-Membros da linha da frente. Embora os Estados-Membros tenham elaborado planos de ação nacionais, grande parte deste trabalho foi realizado à porta fechada, sem comunicação política. Esta lacuna representa um risco crescente, uma vez

que a orientação política é crucial para preservar o frágil equilíbrio a nível da UE.

Além disso, a aplicação do novo sistema exige a formação de coligações de partes interessadas. As agências nacionais responsáveis pelo asilo são fundamentais para traduzir textos legislativos complexos em quadros de ação, desempenhando as agências da UE – em especial a Agência da União Europeia para o Asilo – um papel central neste processo. Igualmente importante é a participação das organizações não governamentais, a fim de tirar partido dos seus conhecimentos especializados e assegurar, entre outros aspetos, tanto o acesso a aconselhamento jurídico como a supervisão dos novos procedimentos. Para apoiar estes esforços, são necessárias abordagens mais colaborativas, incluindo consultas regulares, mecanismos sólidos de partilha de informações e grupos de trabalho operacionais que se reúnam regularmente.

Entretanto, as estratégias de externalização têm suscitado grande interesse, com um número crescente de capitais europeias a encará-las como uma solução para os desafios da UE em matéria de migração. O acordo entre a Itália e a Albânia desencadeou numerosos debates sobre o seu potencial para gerir mais eficazmente a migração mista, posicionando Giorgia Meloni como figura de proa neste domínio a nível europeu. No entanto, esse acordo ainda não produziu quaisquer resultados e não deixa de ser um acordo bilateral que exclui os contributos de outros parceiros europeus. Entretanto, outros governos estão a desenvolver modelos alternativos, como as plataformas de regresso, e mecanismos para as integrar numa abordagem à escala da UE.

O regresso deverá, sem dúvida, ocupar um lugar central no debate político ao longo dos próximos meses. Com efeito, uma parte do Pacto incide na aceleração dos regressos, especialmente para as pessoas sujeitas a procedimentos na fronteira nos Estados da linha da frente. A Comissão e os Estados-Membros procuram dar resposta a esta urgência, concedendo simultaneamente espaço para testar as plataformas de regresso, estando previstas propostas de revisão da Diretiva Regresso em março. Tendo em conta o prazo apertado, existe o risco de os europeus não refletirem suficientemente sobre as lições retiradas do terreno, apesar dos progressos realizados ao longo da última década em domínios como a sensibilização, o aconselhamento, o apoio à reintegração e a aprendizagem mútua a nível da UE. Além disso, a Europa deve proceder com cautela para que a experimentação de modelos de externalização não prejudique as suas relações com os países de origem nem enfraqueça a sua posição global.

Este delicado ato de equilíbrio tem lugar num ambiente de incerteza extrema, constituindo a aplicação do Pacto um teste não só para a gestão da migração, mas também para o projeto mais vasto da UE. A situação na fronteira polaca, em particular, põe em evidência os desafios específicos à observância de normas vinculativas face à pressão de um vizinho hostil. No que diz respeito à Síria e à Ucrânia, as capitais europeias têm de estar preparadas para acontecimentos imprevistos. No próximo ano, será crucial promover uma liderança forte a nível da UE, a fim de aplicar novas regras e continuar a explorar inovações consentâneas com uma abordagem conjunta, reforçando-a. Tal implica centrar os esforços na criação de parcerias resilientes com os países prioritários e evitar o desvio de recursos para manobras políticas.

Camille Le Coz é diretora associada no Instituto para a Política de Migração Europa (MPI Europe), um instituto de investigação sediado em Bruxelas centrado na promoção de uma gestão mais eficaz dos sistemas de imigração, integração dos imigrantes e asilo, bem como de resultados positivos para os recém-chegados, as famílias oriundas da migração e as comunidades de acolhimento.



Copyright: Schotstek

Schotstek promove diversidade e igualdade de oportunidades nos cargos de gestão

A origem étnica e o meio social nunca devem ser obstáculos ao sucesso, escreve Evgi Sadegie, diretora executiva da Schotstek, uma organização sediada em Hamburgo e Berlim que promove a igualdade de oportunidades e a diversidade cultural no mundo do trabalho. Os programas de bolsas de estudo da Schotstek, únicos no seu género, visam apoiar jovens promissores, ambiciosos e motivados oriundos de um contexto migratório no seu percurso para cargos de liderança no mundo académico, nas empresas e na sociedade. A Schotstek capacita estudantes talentosos e jovens profissionais, ajudando-os a criar redes sólidas e dotando-os das competências adequadas, para que atinjam todo o seu potencial.

Por Evgi Sadegie

Embora a Alemanha tenha uma cultura rica em diversidade, essa diversidade quase não se encontra representada na composição da sua elite económica, científica, cultural e política. As pessoas com antecedentes migratórios enfrentam frequentemente obstáculos que agravam as desigualdades sociais, levam ao desperdício do seu potencial de inovação e comprometem a coesão social. Os preconceitos, a desigualdade de oportunidades no ensino, a falta de exemplos positivos e de redes de contactos dificultam a progressão profissional de muitos talentos.

A [Schotstek](#) foi fundada em 2013 por Sigrid Berenberg, uma advogada que se dedica há largos anos à promoção da justiça social e da diversidade, e pelos seus amigos. A organização visa abrir os cargos de liderança a jovens promissores, ambiciosos e motivados oriundos do contexto migratório. Para tal, apoia com bolsas jovens estudantes e profissionais de excelência que serão os futuros inovadores e decisores. Durante muitos anos, Sigrid Berenberg encarregou-se da gestão do programa a título inteiramente voluntário.

A Schotstek é uma organização sem fins lucrativos financiada através de donativos e iniciativas conjuntas com outras organizações. O programa conta com o apoio sólido de uma rede composta por sócios, órgãos consultivos e simpatizantes, todos eles decisores de alto nível oriundos de vários setores e culturas. Importa sublinhar que três dos sete sócios da Schotstek e a atual diretora executiva foram, eles próprios, bolseiros do programa. Isto mostra como a Schotstek passa cada vez mais as rédeas da organização para os talentos que apoia, assegurando assim um impacto duradouro.

A Schotstek apoia os estudantes e jovens profissionais através de dois programas paralelos: um programa destinado a jovens estudantes, sediado em Berlim, com o máximo de 25 participantes por ano; e um programa destinado a jovens profissionais, sediado em Hamburgo e Berlim, com um máximo de 20 participantes por ano. Após um período de formação obrigatório de dois anos, os participantes tornam-se membros permanentes da rede, podendo participar nos seus eventos.

A Schotstek centra-se no estabelecimento de redes de contactos sólidas, pois muitos jovens com antecedentes migratórios não têm acesso aos contactos profissionais e sociais indispensáveis para progredirem na sua carreira. A Schotstek coloca-os em contacto com ex-bolseiros do programa, órgãos consultivos e personalidades destacadas do meio empresarial, científico, político, cultural e social. Eventos regulares, tais como noites temáticas e conversas com personalidades de primeiro plano, promovem intercâmbios e alargam os horizontes dos jovens bolseiros. Estes contactos originam oportunidades de carreira e criam uma comunidade que permite o apoio a longo prazo e contribui para o êxito mútuo dos participantes. Atualmente, os ex-bolseiros desempenham um papel fundamental ao partilharem os seus conhecimentos e contactos e ao contribuírem para o alargamento da esfera de influência da organização.

A Schotstek oferece seminários e ações de acompanhamento que preparam os participantes para cargos de liderança. A formação ministrada reforça competências essenciais como a capacidade de comunicação, a autoconfiança e a liderança. Além disso, os participantes são apoiados pessoalmente por um programa de mentoria, composto por profissionais e dirigentes experientes, que podem fornecer informações valiosas sobre o mundo do trabalho, apoiá-los no planeamento das suas carreiras e ajudá-los a enfrentar os desafios profissionais. Os mentores atuam como modelos, incentivando os participantes a perseguir objetivos profissionais e a superar os obstáculos.

Outra característica específica do programa da Schotstek consiste no incentivo à participação na vida cultural. Os bolseiros visitam museus, teatros, óperas, galerias e outras instituições culturais, o que contribui para a sua formação cultural e o seu desenvolvimento pessoal e reforça a sua identificação com a sua cidade de origem. Estas experiências alargam o seu horizonte e promovem um sentimento de pertença.

A Schotstek visa promover a diversidade a nível dos cargos de gestão. A origem étnica e o meio social devem deixar de ser obstáculos ao êxito profissional. Desde a sua criação, a Schotstek já apoiou centenas de jovens e atualmente a sua rede conta com a participação ativa de mais de 240 bolseiros e ex-bolseiros. Muitos deles são membros do conselho consultivo de ex-bolseiros ou embaixadores, apoiam o trabalho nas redes sociais ou partilham as suas experiências como amigos ou mentores. O modelo da Schotstek integra todos os ex-bolseiros na sua rede como membros permanentes, o que permite consolidar a sua carreira a longo prazo. O alargamento do programa a Berlim em 2023 demonstra que o conceito pode ser aplicado com êxito noutras cidades.

Mais do que um programa de apoio, a Schotstek é um movimento que demonstra de forma admirável como promover e divulgar a diversidade em cargos de alta responsabilidade. A Schotstek propicia e cria oportunidades que vão além do êxito individual dos seus bolseiros e constitui um exemplo de como a Alemanha pode explorar plenamente o seu potencial enquanto país de imigração. Ao apoiar jovens de excelência e ao eliminar obstáculos, o programa desempenha um papel crucial na construção de uma sociedade mais justa e preparada para o futuro, o que é indispensável num mundo globalizado.

Evgi Sadegie, mestre em Estudos Turcos, é diretora executiva da Schotstek gGmbH e foi bolseira da organização em 2014. Antes do seu cargo atual, dirigiu, na Fundação Cívica de Hamburgo, o projeto de mentoria «Yoldaş», que apoia crianças de famílias de língua turca desfavorecidas do ponto de vista

socioeconómico, contribuindo assim para outra vertente igualmente importante da igualdade de oportunidades. Evgi Sadegie aplica a sua vasta experiência na gestão de projetos, em especial nos domínios da mentoria e da cooperação intercultural, na promoção ativa da diversidade e da integração social.



Interdito a albaneses: um imigrante conta a sua história de desafios, adaptação e esperança

Almir Hoxhaj, imigrante albanês na Grécia, já fala grego tão bem como a sua língua materna. Há mais de 30 anos na Grécia, sente que faz parte do país, mas não foi fácil a adaptação à sociedade grega, onde o termo «albanês» chega a ser utilizado como insulto. Esta é a sua história.

Nasci numa pequena aldeia da região de Vlorë, onde vivi até aos doze anos. A minha família mudou-se para Tirana, mas em 1997 tomei a difícil decisão de procurar um futuro melhor na Grécia. Nessa altura, após a abertura das fronteiras, era comum os albaneses irem para a Grécia em busca de segurança. Presumia-se que era fácil por causa da fronteira terrestre. Atravessei a fronteira a pé dezoito vezes. Tinha medo do mar. Ainda me lembro de que, no último trecho do percurso de cinco dias para Veroia, estava morto de sede, apesar da chuva incessante. Quando finalmente segurei nas mãos um copo cheio de água, nem foi suficiente para me satisfazer. Foi assim que começou a minha vida na Grécia. Com um copo de água na mão.

O meu primeiro contacto com o país aconteceu quando tinha 15 anos e, em segredo, atravessei a fronteira pela primeira vez com uns amigos. Nem sequer nos passou pela cabeça que era ilegal o que fazíamos. Se pudesse, teria ido para a Grécia de avião. A Grécia, a sua língua, a sua mitologia e a sua história atraíam-me especialmente. No verão, trabalhei arduamente para ajudar a minha família. A minha mudança definitiva para a Grécia veio com muitos desafios: incerteza jurídica, racismo e dificuldades de integração. Lembro-me claramente de um incidente no início. Estava a residir ilegalmente, não tinha seguro de saúde e não conhecia a língua – e parti um dente. Não tive outra opção senão extraí-lo eu próprio. Em frente ao espelho, arranquei-o com uns alicates que usava no trabalho. Fiquei com a boca cheia de sangue.

A adaptação à sociedade grega não foi fácil. Enquanto migrante de primeira geração, sentia-me estrangeiro – como uma espécie de «corpo estranho». Como estava ilegal, tinha medo de ir dar um passeio ou tomar um café. O racismo de que fui vítima por toda a parte assumia várias formas. Houve um pai que ameaçou o seu filho pequeno de que chamaria os albaneses para o comerem se não estivesse quieto. Foi-me recusada a entrada em cafés, bares e outros lugares, alguns dos quais, quando lá cheguei pela primeira vez, tinham mesmo uma placa que dizia «Interdito a albaneses». Diziam que éramos sujos porque tínhamos uma religião diferente. As relações entre os gregos e os albaneses já melhoraram, embora subsistam alguns estereótipos. O termo «albanês» chega a ser utilizado na Grécia como insulto. Havia racismo, e ainda há, mas agora está menos presente. Os tempos mudaram. Mas o racismo não desapareceu e vai buscar a sua força às dificuldades financeiras e à falta de conhecimento.

Os preconceitos e a discriminação estão profundamente enraizados e, muitas vezes, dão azo a paradigmas políticos e sociais extremos, que se propagam e chegam mesmo ao Parlamento Europeu. É triste! Embora a situação tenha melhorado, esta continua a ser uma realidade. Ainda assim, há esperança para as gerações mais jovens. Os nossos filhos terão melhores hipóteses de serem totalmente aceites. Tal como a minha filha de 12 anos.

Hoje, como empreiteiro na construção civil, olho para trás com uma mistura de sentimentos. As dificuldades de adaptação e a falta de aceitação que senti eram uma realidade quotidiana. Contudo, graças a esses desafios, tenho um entendimento mais profundo da vida e da importância da integração.

A Albânia está cravada para sempre no meu peito. Lembro-me perfeitamente dos anos do regime comunista. Foi uma época de paranoia, medo, insegurança e pobreza extrema. A queda do regime trouxe

alívio, mas também novos problemas, como o desemprego e a criminalidade. Estas experiências fizeram de mim quem sou hoje e ensinaram-me a valorizar a estabilidade e a liberdade que encontrei na Grécia.

Pessoalmente, sinto-me ligado à Grécia. Embora o meu coração esteja na minha aldeia, na Albânia, a minha vida está aqui. Falo grego tão bem como a minha língua materna. As minhas experiências, as minhas batalhas e as minhas conquistas fazem com que me sinta parte deste país. Espero que, com o tempo, o povo grego nos aceite totalmente e reconheça o nosso contributo para a sociedade.

A migração é um teste repleto de desafios, mas também de oportunidades e, enquanto migrante albanês na Grécia, não o pude evitar de forma alguma. A minha história é uma história de desafios, de adaptação e de esperança.

Nos anos vindouros, vejo-me a continuar a viver na Grécia, que é a minha casa, e vejo a Albânia como membro da União Europeia em pé de igualdade. Esta é agora a pátria de todos nós.

Almir Hoxhaj tem 47 anos. Vive e trabalha em Trípoli, uma pequena cidade na península grega do Peloponeso. Tem uma filha de 12 anos. A sua cidade preferida é Berlim. Fala e escreve grego fluentemente e traduziu para grego o livro «Το έπος των άστρων της Αυγής» [A saga das estrelas da alvorada], do autor albanês Rudi Erebara. A obra, galardoada com o Prémio da União Europeia para a Literatura em 2017, descreve a tragédia do povo albanês no século XX. Embora a história se desenrole no século passado, infelizmente, a essência do totalitarismo, do fascismo e do irracionalismo continua a ser relevante hoje em dia, assumindo formas mais «modernas».

Editores

Ewa Haczyk-Plumley (editor-in-chief)
Laura Lui (ll)

Colaboraram nesta edição

Christian Weger (cw)
Daniela Vincenti (dv)
Ewa Haczyk-Plumley (ehp)
Giorgia Battiato (gb)
Jasmin Kloetzing (jk)
Katerina Serifi (ks)
Laura Lui (ll)
Leonardo Pavan (lp)
Marco Pezzani (mp)
Margarita Gavanias (mg)
Margarida Reis (mr)
Millie Tsoumani (mt)
Pablo Ribera Paya (prp)
Thomas Kersten (tk)

Coordination

Agata Berdys (ab)
Giorgia Battiato (gb)

Endereço

European Economic and Social Committee
Jacques Delors Building,
99 Rue Belliard,
B-1040 Brussels, Belgium
Tel. (+32 2) 546.94.76
Email: eescinfo@eesc.europa.eu

EESC info is published nine times a year during EESC plenary sessions. EESC info is available in 24 languages
EESC info is not an official record of the EESC's proceedings; for this, please refer to the Official Journal of the
European Union or to the Committee's other publications.

Reproduction permitted if EESC info is mentioned as the source and a link is sent to the editor.

01/2025